



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE NDALATANDO

DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIÊNCIAS ECONÓMICAS E
SOCIAIS

**A INFLUÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS MONETÁRIAS DO
PROGRAMA KWENDA NA MELHORIA DE CONDIÇÕES DE VIDA DAS
FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DO GOLUNGO-ALTO**

Monografia de Licenciatura em Administração Pública

Autor: Carlos Moisés Pedro João, 13208.

Orientador: MSc. Isabel Mampova Manuel Kanga

Co-orientador: Lic. Vawenda Francisco

Ndalatando, Agosto de 2023

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE NDALATANDO
DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIÊNCIAS ECONÓMICAS E
SOCIAIS

**A INFLUÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS MONETÁRIAS DO
PROGRAMA KWENDA NA MELHORIA DE CONDIÇÕES DE VIDA DAS
FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DO GOLUNGO-ALTO**

Autor: Carlos Moisés Pedro João, 13208.

Trabalho de Monografia de Licenciatura
apresentado ao Instituto Superior Politécnico de
Ndalatando como parte dos requisitos para
obtenção do grau académico de licenciado em
Administração Pública.

Orientadora: _____

MSc. Isabel Mampova Manuel Kanga

Co-orientador: _____

Lic. Vawenda Francisco

Ndalatando, Agosto de 2023

CARLOS MOISÉS PEDRO JOÃO

**A INFLUÊNCIA DAS TRANFERÊNCIAS SOCIAIS MONETÁRIAS DO
PROGRAMA KWENDA NA MELHORIA DE CONDIÇÕES DE VIDA DAS
FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DO GOLUNGO-ALTO**

Trabalho Apresentado ao Instituto Superior Politécnico de Ndalatando como Requisito para Obtenção do Grau de Licenciado em Administração Pública.

COMISSÃO DE JÚRI

(Presidente)

(1º Vogal)

(2º Vogal)

NDALATANDO AOS QUATRO DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

EPIGRAFE

“A negritude para nós, é uma salvaguarda dos nossos valores culturais”

Jonas Savimbi

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho aos meus familiares, especialmente aos meus avôs Pedro Luamba (em memória) e Feliciano Francisco!

AGRADECIMENTOS

Á Deus todo-poderoso pela vida e esforço concedido;

Aos meus familiares pelo apoio incondicional e pela confiança depositada em mim. Em especial Armando Miguel António, Samuel Fernando, Marcela Pedro, Feliciano Luamba, Adilson João, Marta João, Belita António, Celmira Xieto.

Ao Instituto Superior Politécnico de Ndalatando, por me terem dado a oportunidade de frequentar a licenciatura;

A Orientadora, MSc. Isabel Mampova Manuel Kanga e Co-orientador, Lic. Vawenda Francisco pela paciência e sábia orientação deste trabalho;

Ao colectivo de professores e administrativos pela forma como prestaram todo o seu saber em prol da nossa formação;

Aos meus amigos Sílvio dos Santos, Amélia Moniz, Daniel Avelino, Lissandra Jaime Calebe Afonso, Pedro André, Alcides Capitão, Jaime Pereira, Dércio Mauro, João Paulo, Solange Sineiro e Miranda Santana.

Ao FAS – Instituto de Desenvolvimento Local pela oportunidade de estágio e trabalho que me concedeu, pois por intermédio deste foi possível desenvolver o presente estudo.

Os agradecimentos estendem-se em especial, aos meus colegas da linha de frente em especial o (Parlamento Académico) por tudo quanto vivemos neste percurso de 4 anos.

O meu muito obrigado!

RESUMO

A presente monografia tem como principal objectivo em analisar a influência das transferências sociais monetárias do programa KWENDA na melhoria das condições de vida das famílias vulneráveis beneficiadas do Município do Golungo – Alto. Para o desenvolvimento do mesmo utilizámos o enfoque quantitativo de carácter exploratório e descritivo coadjuvado ao método hipotético-dedutivo combinada com a pesquisa bibliográfica e análise estatística, recorremos a técnica de inquérito por questionário para a recolha dos dados e os mesmos foram processados através do *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 22 combinado com o *Microsoft Excel* 2013. Relativamente ao gráfico 12, sobre a classificação do programa no combate a fome e a pobreza no município, 37 inquiridos que representam 24,7% afirmam que o programa contribui de forma razoável o combate a fome e a pobreza do município; sobre o gráfico 13 que diz respeito a continuidade do programa, 142 inquiridos que representam 94,7% afirmam que o programa deveria continuar; sobre o contributo do programa KWENDA na melhoria de condições de vida das populações de baixa renda, o gráfico 15 apresenta uma frequência de 74 inquiridos que correspondem a 49,3% confirma que o programa KWENDA muito tem contribuído na melhoria de condições de vida das populações de baixa renda; sobre o gráfico 17, 45 inquiridos que representam 30% afirmam que o dinheiro que recebem tem servido maioritariamente para a compra de comida, medicamentos, roupas e outros bens de primeira necessidade; relativamente ao gráfico 19, 53 inquiridos que representam 35,3% sentem-se satisfeitos com o dinheiro que recebem do KWENDA. Porém, somos a dizer que as transferências sociais monetárias do KWENDA têm exercido uma enorme influência na vida da população beneficiada do Município do Golungo – Alto.

Palavras-chave: Influência, transferências sociais monetárias, KWENDA e Município Do Golungo – Alto.

ABSTRACT

The main objective of this monograph is to analyze the influence of the monetary social transfers of the KWENDA program on the improvement of the living conditions of vulnerable families benefited from the Municipality of Golungo – Alto. For the development of the same we used the quantitative approach of exploratory and descriptive character with the perspective to the hypothetical-deductive method combined with the bibliographical research and statistical analysis, we used the technique of survey by questionnaire for the collection of the data and they were processed through the Software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) version 22 combined with Microsoft Excel 2013. Regarding graph 12, on the classification of the program in the fight against hunger and poverty in the municipality, 37 respondents representing 24.7% affirm that the program contributes in a reasonable way to the fight against hunger and poverty in the municipality; on graph 13 which concerns the continuity of the program, 142 respondents representing 94.7% say that the program should continue; on the contribution of the KWENDA programme in improving the living conditions of low-income populations, graph 15 shows a frequency of 74 respondents corresponding to 49.3% confirms that the KWENDA programme has contributed greatly to improving the living conditions of low-income populations; on graph 17, 45 respondents representing 30% say that the money they receive has been used mostly for the purchase of food, medicines, clothes and other basic necessities; Regarding graph 19, 53 respondents representing 35.3% feel satisfied with the money they receive from KWENDA. However, we are to say that the monetary social transfers of KWENDA have exerted a huge influence on the life of the benefited population of the Municipality of Golungo – Alto.

Keywords: Influence, social monetary transfers, KWENDA and Municipality of Golungo – Alto.

SÍGLAS E ABREVIATURAS

ADECOS – Agente de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário

AF – Agregados Familiares

BM – Banco Mundial

CASI – Centro de Apoio Social Integrado

GoA – Governo Angolano

IP – Inclusão Produtiva

MAS – Municipalização da Acção Social

PDL – Programa de Desenvolvimento Local

PFPS – Programa de Fortalecimento de Protecção Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RCSU – Reforço do Cadastro Social Único

SIGAS – Sistema de Informação e Gestão da Acção Social

TSM – Transferências Sociais Monetária

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USD – Dolar Norte Americano

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Critérios de Elegibilidade às TSM	23
Tabela 2. Critérios de Inelegibilidade às TSM.....	23
Tabela 3. Critérios de Elegibilidade à IP	23
Tabela 4. Critérios de Inelegibilidade à IP.....	24
Tabela 5. Dados Gerais do KWENDA no Cuanza Norte	25

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Género dos Inquiridos	30
Gráfico 2. Faixa Etária?	31
Gráfico 3. Nível de Escolaridade	31
Gráfico 4. Estado Civil?	32
Gráfico 5. Qual é o número do vosso agregado familiar actualmente?	32
Gráfico 6. Quem é o principal responsável pela Gestão do vosso Orçamento Familiar? ..	33
Gráfico 7. Ocupação laboral?	33
Gráfico 8. Já alguma vez beneficiou das transferências sociais monetárias do programa KWENDA?	34
Gráfico 9. Se sim, quantas vezes já beneficiou das transferências sociais monetárias do programa KWENDA?	34
Gráfico 10. Conhece os critérios de selecção para se beneficiar das transferências sociais monetárias do Programa KWENDA?	35
Gráfico 11. Os critérios e procedimentos usados no processo de atribuição das TSM do Programa KWENDA são compreensíveis e transparentes?	35
Gráfico 12. Como classifica o programa KWENDA no combate a fome e a pobreza no Município?	36
Gráfico 13. Pela influência que o programa tem causado, acha que o mesmo deveria continuar?	36
Gráfico 14. Acredita que o programa KWENDA permite incluir as pessoas que possuem baixa renda para promover uma sociedade igualitária?	37
Gráfico 15. O programa KWENDA contribui na melhoria de condições de vida das populações de baixa renda?	37
Gráfico 16. O dinheiro que recebe no KWENDA tem ajudado na melhoria das condições da tua família?	38
Gráfico 17. De que Serve o Dinheiro que beneficia do KWENDA?	38
Gráfico 18. Tem reservado pelo menos 10% do valor que recebe do KWENDA?	39

Gráfico 19. Levando tudo em consideração, como te sentes com relação o dinheiro que recebe do Programa KWENDA?.....39

ÍNDICE

EPÍGRAFE.....	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
SÍGLAS E ABREVIATURAS.....	vi
ÍNDICE DE TABELAS.....	vii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	viii
Introdução.....	1
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE AS TEORIAS DE PROTECÇÃO SOCIAL.....	4
1.1. Conceitos.....	4
1.2. Pobreza.....	4
1.2.1. Vulnerabilidade.....	5
1.2.1.1. Vulnerabilidade Social.....	6
1.2.2. Exclusão Social.....	7
1.2.3. Inclusão Social.....	9
1.3. Importância da Inclusão Social.....	9
CAPÍTULO II- POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS EM ANGOLA.....	13
2.1. Conceitos Centrais Sobre Políticas Públicas.....	13
2.2. Políticas Públicas de Combate a Pobreza e a Vulnerabilidade em Angola.....	15
2.3. FAS – Instituto de Desenvolvimento Local.....	17
2.3.1. Objectivos.....	17
2.3.2. Missão.....	18
2.3.3. Visão.....	18

2.3.4. Papel	18
2.3.5. Desafios.....	18
2.4. Descrição do Programa (KWENDA)	19
2.4.1. Componentes do Programa	20
2.4.2. Critérios de Elegibilidade e Inelegibilidade	22
2.4.2. Beneficiários do Programa.....	24
2.5. KWENDA no Cuanza Norte.....	24
2.6. Influência das Transferências Sociais Monetárias do Programa KWENDA na Melhoria de Condição de Vida das Famílias.	25
CAPÍTULO 3- METODOLOGIA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO.....	27
3.1. Tipo de investigação.....	27
3.2. População e amostra.....	27
3.3. Métodos, técnicas e procedimentos.....	28
3.4. Dificuldades	29
3.5. Caracterização do local de estudo	29
3.6. Análise e interpretação dos resultados	30
CONCLUSÃO.....	41
SUGESTÕES.....	42
APÊNDICE	1
ANEXOS.....	2

Introdução

O trabalho que hoje é apresentado é subordinado ao tema: “A Influência das Transferências Sociais Monetárias do Programa KWENDA na Melhoria de Condições de Vida das Famílias do Município do Golungo – Alto”, o principal interesse de investigação deste trabalho prende-se com a análise das políticas públicas de combate à pobreza e a vulnerabilidade com maior realce ao Programa de Fortalecimento do Sistema de Protecção Social, vulgo KWENDA.

A luta contra a pobreza em Angola foi uma das premissas reivindicativas da luta de libertação nacional. No entanto, a longa guerra civil veio agravar a pobreza e adiar o seu combate. Com o alcance da paz em 2002 e, de forma a dar resposta efectiva à questão cada vez mais premente da pobreza, foram ensaiadas várias medidas de políticas públicas, o que desembocou, em 2004 no desenvolvimento da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza donde emanou em 2019 o desenvolvimento do Programa de Fortalecimento do Sistema de Protecção Social (KWENDA), que será alvo de análise do presente estudo.

Importa aclarar, que Angola faz parte de uma realidade com características comuns ao resto do continente africano, mas com muitas especificidades ligadas com a sua história e condições políticas, económicas e sociais. A entrada de programas direccionados ao combate à pobreza para a agenda política foi influenciada por dinâmicas internacionais que tiveram repercussões na maioria dos países africanos.

O alto nível de pobreza e vulnerabilidade no país constitui um problema que a nível das políticas públicas viradas a protecção social tem-se conduzido diversos estudos e debates sob forma a se ter um plano adequado de resolução, no entanto, existem as chamadas políticas activas que tratam das diversas formas de potencializar económica e financeiramente as famílias pobres e em situação de vulnerabilidade.

Com objectivo de implementar medidas de mitigação da pobreza, criou-se a luz do Decreto Presidencial n.º 125/20 de 4 de Maio, o programa KWENDA que tem por objecto a implementação de um sistema de protecção social temporário, amplo, mediante a atribuição de uma renda às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade e a sua inclusão em actividades geradoras de rendimento.

Considerando a necessidade de promover a criação de mecanismos que permitam a protecção social dos cidadãos que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade, pretendemos com este trabalho analisar a influência das transferências sociais monetárias do programa KWENDA na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas, a partir da observação detalhada de um grupo específico de pessoas vulneráveis abrangidas por este programa.

Na qualidade de estudante de Administração Pública, com a responsabilidade de satisfazer as necessidades da sociedade e com o intuito de oferecer perspectivas de soluções a diversos problemas, nos propusemos a responder a seguinte pergunta de partida:

De que forma as transferências sociais monetárias do programa KWENDA influenciam a melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas do Município do Golungo – Alto?

Objectivos da Investigação

Geral:

Analisar a influência das transferências sociais monetárias do programa KWENDA na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas do Município do Golungo – Alto.

Específicos:

1. Fundamentar os aspectos teóricos do programa KWENDA e as teorias de protecção social;
2. Descrever os critérios de acesso a componente de transferências sociais monetárias do programa (KWENDA);
3. Identificar as estratégias de aplicação dos recursos beneficiados por parte das famílias;
4. Avaliar os efeitos do programa na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas.

O nosso trabalho fundamentará sobre a influência do programa KWENDA na melhoria das condições de vida das famílias vulneráveis do Município do Golungo – Alto no

período estimado entre 2022 a 2023, que no decurso deste intervalo várias actividades se desenvolveram.

Relevância Social

Pretendemos que este trabalho seja visto como um indicador de avaliação do programa, pois nele consta alguns instrumentos que servem para medir o impacto do programa na vida das populações.

Atualidade

No que diz respeito a atualidade, o presente trabalho servirá de nova fonte de pesquisa com a perspectiva de oferecer conhecimentos sobre o em matérias ligadas a teorias sobre protecção social, a influência do programa KWENDA na melhoria de condições de vida das famílias vulneráveis beneficiadas.

Estrutura do Trabalho

Este trabalho encontra-se repartido essencialmente em três momentos: o primeiro, constituído pelo primeiro capítulo de fundamentação teórica; o segundo momento pelo segundo capítulo versado sobre políticas públicas sociais em Angola e por último, o terceiro capítulo onde sobressaem as questões ligadas a metodologias, apresentação, tratamento, interpretação e discussão dos resultados.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE AS TEORIAS DE PROTECÇÃO SOCIAL

1.1. Conceitos

O Programa de Fortalecimento do Sistema de Protecção Social em todas as suas vertentes constitui uma reafirmação do compromisso do governo angolano, numa importante medida de política pública cujo objectivo é a redução da pobreza e a promoção da inclusão social. Assim, o programa KWENDA e seus impactos na redução da pobreza e inclusão social passa por uma análise de conceitos relacionados a pobreza, vulnerabilidade, exclusão e inclusão social e a forma como são definidos segundo diferentes tradições académicas, regionais e/ou culturais. Sendo que, não é objectivo do nosso trabalho definir e discutir cada uma delas, mas passaremos em revista alguns conceitos que nos permitirão analisar e discutir os resultados deste programa, (Feleciano, 2015).

1.2. Pobreza

Na perspectiva de Vinhais e Souza (2006), “a pobreza é um fenómeno multidimensional e a busca por políticas públicas para combatê-la depende do bom entendimento de sua natureza e causas. Numa primeira aproximação, a pobreza pode ser entendida como insuficiência de renda para alcançar um nível mínimo de padrão de consumo. A definição clara de uma linha de pobreza é o primeiro passo para se determinar o nível de pobreza de um país ou região, (p. 2)”.

A construção de uma linha de pobreza envolve escolhas metodológicas e normativas. Dentre as mais prementes está a opção de um critério absoluto ou relativo de mensuração da pobreza. Por linha de pobreza absoluta entende-se aquele valor constante em termos reais atrelado a algum critério fixo como, o mínimo necessário para obter uma determinada cesta de bens necessários para a continuidade da vida. Por linha de pobreza relativa entende-se aquele valor fixado em relação à renda média ou mediana da população, (*ibidem*).

O conceito de pobreza absoluta está relacionado com a ideia de subsistência, isto é, das condições básicas que permitem o sustento de uma vida em termos de absorção de alimentos, vitaminas, proteínas, sais-minerais e/ou quilocalorias necessárias ao

metabolismo do corpo, bem como, as condições básicas de habitabilidade, saneamento e atavio, (Giddens, 2009, p. 540).

Por seu turno, a pobreza relativa está associada aos padrões de vida vigentes numa sociedade. Neste particular a questão cultural vem à tona, sendo que os defensores da corrente propalam que a pobreza não deve ser medida de acordo com um padrão de privação universal, (*ibidem*).

As pessoas pobres dos países mas ricos têm, geralmente, rendimentos muito mais elevados do que as pessoas pobres dos países em desenvolvimento, mas mesmo assim sofrem graves privações. Por este facto, adoptámos a definição de pobreza proposta pela Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas, que a definem como “uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais”, (Costa, Baptista, Perista, & Carrilho, 2012, p. 18).

A definição ora apresentada, em consonância com a problemática em estudo, remete-nos para os conceitos de: vulnerabilidade, exclusão e inclusão social, como passaremos a ver de seguida, (*ibidem*).

1.2.1. Vulnerabilidade

O conceito de vulnerabilidade pressupõe a propensão de uma pessoa, família ou grupo social a ficar exposta a uma situação de insegurança capaz de interferir no seu bem-estar. O conceito está associado à forma como as pessoas, famílias ou grupos sociais enfrentam os diversos riscos e baseia-se numa cadeia de relações e factores que podem influenciar o seu bem-estar, (Serapião, 2018).

O termo vulnerabilidade passou a ser utilizado na literatura a partir da década de 1990, considerando os factores que tornavam pessoas vulneráveis a acontecimentos que afectavam suas vidas. A vulnerabilidade e a resiliência, que é seu contraponto, estão relacionadas à capacidade de se preparar e de resistir (ou não) aos eventos que se configuram enquanto riscos, são analisadas as formas como os diferentes grupos lidam com eles. Exemplificando, os acontecimentos podem ser desastres naturais e mudanças climáticas; adoecimentos e falecimento; crises económicas e políticas, (*ibidem*).

1.2.1.1. Vulnerabilidade Social

Segundo Butler (2021), define a vulnerabilidade social como sendo uma condição inerente à vida humana, mas que é agravada pelas estruturas sociais e políticas que produzem desigualdades e exclusões. Na mesma linha de pensamento, a autora afirma que a vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social.

Vulnerabilidade social refere-se ao impacto resultante da configuração de estruturas e instituições económico-sociais sobre comunidades, famílias e pessoas em distintas dimensões da vida social. Crises económicas, debilidade dos sistemas de seguridade, de protecção social, fenómenos de precariedade e instabilidade laboral intensificam a dificuldade enfrentada por indivíduos e grupos em sua inserção nas estruturas sociais e económicas, gerando uma zona instável entre integração e exclusão, (*ibidem*).

Para Kaztman (2001), “vulnerabilidade social traduz-se na dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais, económicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade, resultando em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores, (p. 67)”.

A vulnerabilidade social tem duas componentes principais: primeiro, a insegurança e incerteza das comunidades, famílias e indivíduos com condições de vida em consequência de alguma instabilidade de natureza económico-social; segundo, os recursos e estratégias que utilizam as famílias e indivíduos para enfrentar os efeitos dessa instabilidade de natureza económico-social são insuficientes, (Pizarro, 2001).

Os recursos mobilizáveis para enfrentar situações de risco devem ser analisados no contexto dos padrões de mobilidade e integração social que definem as estruturas de oportunidades em cada momento na sociedade. Dentre estes recursos mobilizáveis, ressalta-se o de capital humano, com destaque para as qualificações educacionais de indivíduos e grupos sociais, (*ibidem*).

Para Júnior (2002), a vulnerabilidade social pode ser entendida, como um espelho das condições de bem-estar social, que envolvem moradia, acesso a bens de consumo e

graus de liberdade de pensamentos e expressão, sendo tanto maior a vulnerabilidade quanto menor a possibilidade de interferir nas instâncias de tomada de decisão. Para avaliar o grau de vulnerabilidade social é necessário conhecer a situação de vida das colectividades através de aspectos como:

- a) Legislação em vigor e sua aplicação;
- b) Situa de acesso aos serviços de saúde por parte das pessoas de diferentes extractos sociais;
- c) Qualidade dos serviços de saúde aos quais se tem acesso.

1.2.2. Exclusão Social

Para Aveni (2019), “a exclusão é uma palavra originária do latim, *exclusionem*- (que significa) ato de afastar, excepção perentória, (p. 18)”.

Sendo assim, a exclusão social pode ser entendida pelo modo como os indivíduos são destituídos da possibilidade de um desenvolvimento pleno na vida social”, (Giddens, 2009, p. 17).

É ainda, a fase extrema do processo de marginalização, entendido este como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas roturas na relação do indivíduo com a sociedade (*ibidem*).

A exclusão social insere-se no grupo de desigualdades que não obtém aceitação, tanto do ponto de vista moral, quanto do ponto de vista do bem-estar social. As categorias de populações excluídas são compostas maioritariamente por pessoas idosas, os deficientes e os inadaptados sociais ou grupos heterogéneos em que se encontram jovens em dificuldade, pais sós, incapazes de acorrer ás necessidades familiares, isolados, suicidários, drogados, alcoólicos (Carvalho, 2008).

Nesta lista ainda podemos encontrar os integralistas, terroristas, minorias étnicas ou de cor como categorias de pessoas que podem ser consideradas como excluídas. A exclusão apresenta-se, algumas vezes de formas mais visíveis (a exclusão física) noutras permanece menos visíveis (a exclusão pelas ideias e valores). Neste âmbito existem, pois, formas de exclusão que não se vêem, mas que se sentem, outras que se vêem mas de que ninguém fala, (*ibidem*).

Costa (2007), em que nos atemos, por ter enumerado cinco tipos de exclusão social, que interpretamos aqui como dimensões da exclusão social, nomeadamente:

- ❖ De tipo económico, trata-se, fundamentalmente de (pobreza), entendida, como uma situação de privação múltipla, por falta de recursos;
- ❖ De tipo social, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada à falta de auto-suficiência e auto-estima pessoal e pela ausência de laços sociais;
- ❖ De tipo cultural, relacionada com dificuldades de integração social, em consequência de fenómenos como o racismo, a xenofobia ou certas formas de nacionalismo;
- ❖ De origem patológica, designadamente de natureza psicológica ou mental;
- ❖ Por comportamentos autodestrutivos, trata-se de comportamentos relacionados com a toxicodependência, o alcoolismo e a prostituição.

Os grupos socialmente excluídos encontram-se marginalizados em pelo menos uma destas dimensões: trata-se de indivíduos socialmente desqualificados, que perdem progressivamente a sua dignidade a seguir a uma desclassificação ou a seguir a uma sucessão de tentativas falhadas de inserção (*ibidem*).

A estas dimensões Carvalho (2008), acrescenta a:

- ❖ Exclusão política, que se relaciona com o não exercício de direitos políticos, incluído o direito de cidadania.

Thomas Piketty, em sua obra "A Economia da Desigualdade", discute a pobreza como um dos principais desafios económicos e sociais do nosso tempo. Ele argumenta que a pobreza é um fenómeno complexo, com múltiplas causas e consequências, e que requer abordagens multidisciplinares para ser compreendida e combatida, (Piketty, 2020).

A redução da pobreza deve ser uma prioridade para as políticas públicas, e propõe medidas como o aumento da progressividade fiscal, a criação de um imposto global sobre a riqueza e o fortalecimento dos sistemas de proteção social. Ele também enfatiza a importância da educação, do acesso ao mercado de trabalho e da igualdade de oportunidades como formas de combater a pobreza e promover a inclusão social. (*ibidem*).

1.2.3. Inclusão Social

Visitados os conceitos de pobreza, vulnerabilidade e exclusão social, queremos perceber também, o que é a inclusão social e como se processa. Antes de prosseguirmos convém clarificar que o termo inclusão social é correntemente designado por integração social ou a inserção social, quando nos referimos a um dos dois termos estaremos obviamente a falar de inclusão social. Sendo assim, inclusão social consistirá no processo de criação de oportunidades de acesso aos bens e serviços, sociais, económicos, culturais e políticos das pessoas e grupos em situação de exclusão e pobreza, (Costa, Baptista, Perista, & Carrilho, 2012).

A integração social é ainda o modo como os indivíduos autónomos são incorporados num espaço social comum através dos seus relacionamentos, isto é, como são constituídos os laços e símbolos de pertença colectiva. Por este facto, a inserção social processa-se a partir de um duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, as famílias e os grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhe permitem o acesso aos direitos de cidadania e à participação social e, por outro lado, as instituições a oferecer a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio e criando os lugares sociais onde se possam colocar (Piketty, 2020).

Inclusão social significa acções positivas para promover o acesso das pessoas aos serviços e à participação holística na sociedade (ex. saúde, educação, emprego ou oportunidades económicas, desporto, vida cultural), (Mello, 2013).

Para aumentar a resiliência das crianças, adolescentes e adultos vulneráveis, é essencial que haja um enfoque proactivo na identificação das pessoas excluídas e no seu encaminhamento e priorização para serviços essenciais de saúde, educação e oportunidades económicas. Além disso, acções proactivas para incluir a população vulnerável em actividades sociais tais como associações desportivas e grupos culturais, reduzem o seu isolamento, (Comparato, 2004).

1.3. Importância da Inclusão Social

A inclusão social é um conceito amplo, mas vital para criar e manter ambientes diversos, harmoniosos e igualitários. Com ela, é possível oferecer às pessoas de todos os

grupos étnicos, culturais e socioeconómicos a abertura necessária para que participem plenamente na sociedade em que vivem sem barreiras ou preconceitos, (Eiseinbarth, 2019).

Podemos assim dizer que a inclusão social é um conjunto de acções que são elaboradas e direccionadas para todas as pessoas consideradas excluídas da nossa sociedade. Deficiência física ou mental, raça, orientação sexual, condições financeiras, género, dentre outros, são factores que levam determinado indivíduo ser excluído do convívio social, (*ibidem*).

Por isso, Bitencourt (2015) diz que “o principal objectivo da inclusão social é permitir que todos os cidadãos, independentemente da sua situação de vida no momento, tenham acesso a serviços como saúde, educação, lazer, cultura, emprego, moradia, entre outros, (p. 35)”.

Pode até não ser fácil, mas se cada pessoa fizer a sua parte com muita resiliência e ajudar de alguma forma, os projectos de inclusão social poderão ganhar mais visibilidade, (*ibidem*). A inclusão social é uma questão fundamental na construção de uma sociedade, pois trabalha o estabelecimento de regras que promovem a igualdade entre todos os grupos, garantindo seus direitos à educação, saúde, trabalho e outros recursos necessários para suprir suas necessidades, (Ferreira, 2019).

É um meio de erradicar as barreiras sociais criadas pelo racismo, desigualdades de género, hábitos de classe e deficiência física e mental. A partir disso, as acções de inclusão buscam combater a segregação social e promover um ambiente mais harmonioso por meio da democratização dos espaços e serviços, (*ibidem*).

Na visão de Costa, Baptista, Perista, & Carrilho (2012), ao entender a importância da inclusão social, vale destacar alguns exemplos de acções que podem contribuir neste processo de combate. Variando de pequenos actos de empatia no dia-a-dia, a contribuições significativas para o bem-estar e a autonomia da comunidade. Isso inclui serviços comunitários voluntários, trabalho de assistência social e foco em políticas públicas eficientes como:

❖ **Incentivo ao abandono de comportamentos discriminatórios**

Uma política massiva voltada para projectos de inclusão social pode ser extremamente benéfica, no que diz respeito à discriminação.

Quanto mais pessoas forem beneficiadas com acções de inclusão social, menos discriminação existirá na sociedade. Ou seja, comportamentos discriminatórios e excludentes existem por causa das pessoas que precisam ser incluídas na sociedade. A inclusão social actua na contramão do preconceito e da discriminação, que precisam acabar em nossa sociedade. Por isso, a inclusão social pode ser uma excelente alternativa para instigar o abandono de comportamentos preconceituosos em relação ao outro ser humano, independentemente dos motivos apresentados.

❖ **Mais dignidade para as pessoas excluídas**

A inclusão social resgata a dignidade das pessoas e as concede uma condição de vida mais humana e, sobretudo, justa. Pode até parecer um sonho distante, já que são milhares de pessoas excluídas da nossa sociedade, mas a dignidade é um direito de todo e qualquer cidadão, por isso, a inclusão social precisa ser cada vez maior.

❖ **Combate a segregação social**

A segregação social, que está cada vez mais em evidência em nossa sociedade, é a separação geográfica de um determinado grupo de pessoas por causa de alguns factores como cor de pele, religião, poder aquisitivo, nível de escolaridade, nacionalidade ou qualquer outra variável que sirva como forma de discriminação. Por isso, projectos de inclusão social precisam sair logo do papel.

Quando a inclusão social está presente, ela pode evitar que esse tipo de separação aconteça na sociedade. Afinal de contas, todos nós somos seres humanos e esse tipo de comportamento discriminatório não deveria existir, em nenhuma hipótese. Mas infelizmente, aquele gigantesco abismo que separa os ricos dos pobres, parece estar cada vez maior.

❖ **Viabiliza a democratização de bens e serviços**

A inclusão social se faz necessária para viabilizar a democratização de bens e serviços como lazer, saúde, educação, moradia, oportunidade de emprego, entre vários outros. O bom senso de quem pode ajudar é sempre bem-vindo.

Em uma sociedade democrática todas as pessoas têm direitos iguais. Mas não é o que acontece. Por isso, os projectos de inclusão social são a única esperança para milhares de pessoas que anseiam por algo que é direito delas, pois viabilizam esse acesso e permitem que os excluídos da sociedade possam viver com toda a dignidade que merecem e precisam.

❖ **Por uma sociedade mais igualitária**

Outra vantagem da inclusão social, é que ela permite que possamos viver em uma sociedade bem mais igualitária. E essa sociedade mais igualitária e justa, só poderá se tornar uma realidade se a inclusão social estiver cada vez mais disseminada. Todas as pessoas têm necessidades e direitos, independente das suas condições financeiras, escolhas, orientação sexual, cor de pele ou nível educacional. Por isso, a inclusão social não deve ser negligenciada, pois ela é a única esperança para milhões de cidadãos.

CAPÍTULO II- POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS EM ANGOLA

2.1. Conceitos Centrais Sobre Políticas Públicas

O estudo das políticas públicas surge nos anos cinquenta do século XX como reação as grandes transformações do papel do Estado, especialmente no contexto dos Estados Unidos da América. A função que o Estado desempenha em nossa sociedade sofreu inúmeras transformações ao passar do tempo. Actualmente é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade, garantir a justiça e a segurança. Portanto, o Estado necessita desenvolver uma série de acções e atuar directamente em diferentes áreas, tais como: saúde, educação, meio ambiente, agricultura, pesca e tecnologia (Secchi, 2014).

As políticas públicas são medidas criadas pelos governos para garantir direitos, assistência ou prestações de serviços à população. O objectivo é assegurar que a população tenha acesso aos direitos garantidos pela lei. Essas medidas são uma parte importante da administração pública, já que representam planeamentos dos governos e são criadas para melhorar a sociedade e atender necessidades das colectivas. Garantem a diminuição/erradicação das desigualdades sociais que existem em um país e podem ser usadas como uma ferramenta de inclusão social, (*ibidem*).

Para atingir resultados em diversas áreas e promover o bem-estar da sociedade, os governos se utilizam das Políticas Públicas. Assim sendo, então o que se entende por políticas públicas? Para poder responder esta questão, atem-se nas definições dadas por Thoening e Meny, Lasswel, Bovens, Peters e Stone, (Santana, 2020).

Meny & Thoening (1992), consideram que “uma política pública é o resultado da actividade de uma autoridade investida de poder público e de autoridade governamental, (p. 89)”. Na visão de Lasswell, política pública implicam responder às seguintes questões: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”, (Laswell, 1958, p. 120).

Ao passo que Bovens (2010), aclara que políticas públicas são decisões e acções tomadas pelo governo, em conjunto com outros atores sociais, para lidar com problemas e alcançar objetivos específicos na esfera pública. Elas envolvem a formulação, implementação e avaliação de estratégias e programas que afetam a sociedade como um todo ou grupos específicos, visando o bem-estar coletivo e a promoção do interesse

público. Para Peters (1998) políticas públicas são a soma das atividades dos governos, agindo diretamente ou através de delegação, coordenação de políticas públicas que influenciam a vida dos cidadãos. Ora, isso pressupõe dizer que, as Políticas Públicas são os distintos tipos de acção que pode adoptar um governo para tratar com problemas sociais ou públicos.

Na mesma ordem de pensamento Stone (2018), argumenta que políticas públicas são um conjunto de decisões tomadas por autoridades governamentais para lidar com problemas públicos, e que a análise dessas políticas deve levar em consideração o contexto político, social e econômico em que elas são formuladas e implementadas. O autor acresce ainda que política pública é tudo aquilo que o governo decide fazer ou não fazer, pois ela pode ser consequência de erros involuntários, de decisões deliberadas e não atuar sobre determinada questão e de bloqueios políticos nas instâncias de decisão.

Stone (2018), faz a classificação e divisão das políticas públicas, de acordo com os objectivos e a área de influência das medidas são elas:

❖ **Políticas Regulatórias**

São políticas utilizadas para organizar o funcionamento do Estado e podem envolver regras relativas a processos burocráticos ou normas de comportamento dos cidadãos. São mais abrangentes, pois podem ser direccionadas a muitas pessoas.

❖ **Políticas Públicas Distributivas**

São direccionadas a certos grupos de pessoas, para beneficiar parte da população que não tenha acesso a um determinado direito. Estas políticas podem ser definidas de acordo com as características ou necessidades especiais de um grupo social.

❖ **Políticas Constitutivas**

Essas medidas são diferentes das demais. Regulamentam os procedimentos e as regras relativas às próprias políticas públicas em aspectos como: forma correcta de elaboração das políticas públicas e a determinação de quem são os responsáveis pela elaboração das medidas.

Por fim, segue a política redistributiva que acaba sendo o suporte da nossa investigação, visto que o programa em análise (KWENDA) enquadra-se no âmbito das políticas públicas sociais que visam atender as necessidades de grupos especiais.

❖ **Políticas Redistributivas**

O século XX é marcado pelo surgimento de uma nova e importante função do Estado, a promoção do bem-estar social. Esta nova demanda social, o bem-estar, requer do Estado uma actuação diferenciada e mais directamente ligada aos problemas quotidianos da sociedade.

É neste contexto que surge as políticas públicas com objectivo de dar respostas as demandas específicas da sociedade, as demandas sociais que na verdade são a base do surgimento ou formulação das políticas públicas.

As políticas redistributivas possuem um carácter social, são voltadas à garantia do bem-estar social, pois o governo adopta medidas activas para proteger a saúde e o bem-estar geral dos cidadãos, especialmente aqueles com necessidades especiais.

O objectivo do estado de bem-estar social é assegurar aos cidadãos a igualdade de oportunidades e a distribuição justa das riquezas. Além disso, o Estado se responsabiliza pelos indivíduos que não possuem condições para manter uma vida digna através da distribuição de subsídios, bolsas, concessões e outras medidas. Em geral, são aplicadas a grupos maiores de pessoas, com o objectivo de trazer benefícios e mais igualdade ao seu público-alvo.

2.2. Políticas Públicas de Combate a Pobreza e a Vulnerabilidade em Angola

O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 constitui uma das principais compilações de políticas públicas para Angola, contendo nele os objectivos nacionais de médio e longo prazo. Em Angola, não basta que se identifiquem as tipologias de políticas públicas para que se possa alcançar o desenvolvimento local, mas é preciso também que as políticas sejam elaboradas na visão do cidadão, partindo assim de um modelo de baixo para cima. Isto é, as decisões políticas no processo de elaboração de

políticas públicas devem ser projectadas com base nas reais necessidades da população, permitindo assim a participação da sociedade civil (Santana, 2020).

Por outra, para que haja desenvolvimento é preciso que exista de antemão o modelo de crescimento. Crescimento aut centrado em recursos naturais virados para exportações pode não ensejar oportunidades de diversificação das estruturas produtivas, (*ibidem*).

Segundo Feliciano, (2015), “em Angola, uma das primeiras iniciativas de combate à pobreza efectiva remonta a data de 1994 com a criação do Fundo de Apoio Social (FAS), criado ao abrigo do Decreto 44/94 de 28 de Outubro do Conselho de Ministros, cujos objectivos eram a promoção do desenvolvimento sustentável e redução da pobreza por meio do programa de desenvolvimento local (PDL) (p. 20)”.

Além desta política de combate à pobreza, o governo Angolano, após o alcance em 2002 da paz efectiva, tem vindo a ensaiar uma série de políticas públicas que visam mitigar à pobreza. Das mais importantes destacamos as seguintes medidas: (*ibidem*)

Programa de Reabilitação de Ex-militares Portadores de Deficiência: visava garantir o acesso a reabilitação integral socioeconómico dos mesmos;

Programa de Melhorias das Condições de Vida dos Ex-militares e suas Famílias: com o objectivo de garantir os meios básicos necessários a reintegração social dos mesmos;

Programa de Fomento da Actividade Produtiva: cujo objectivo prendia-se com a diversificação da economia e a geração de empregos;

Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar: vocacionado para o incentivo a produção agricultura familiar, melhor o rendimento económico, a dieta alimentar e a inserção no mercado de trabalho;

Programa de Apoio a Mulher Rural e da Periferia: visa combater o êxodo rural e a venda ambulante, criando condições de fixação das mulheres nas zonas de origem;

Programa Integrado de Desenvolvimento rural e Combate à Pobreza: que visava a redução pobreza, a criação de condições económicas e a criação de infra-estruturas sociais básicas de apoio à população.

O Programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social

O Governo de Angola está a desenvolver um novo modelo de crescimento socioeconómico mais inclusivo, baseado na protecção social dos mais pobres e vulneráveis, ao mesmo tempo que apoia a diversificação da economia. O modelo existente, baseado na riqueza petrolífera, atingiu os seus limites, no que concerne à redução da pobreza e a promoção da prosperidade partilhada. Para apoiar este novo modelo de desenvolvimento, o Governo de Angola iniciou o desenvolvimento de um Sistema de Protecção Social, orientado para o combate à pobreza, que está a apoiar as famílias mais pobres e vulneráveis, na gestão e reforço dos seus investimentos em capital produtivo e humano, (Solow, 2010).

2.3. FAS – Instituto de Desenvolvimento Local

O FAS é um instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia financeira e administrativa. Fundado a 28 de Outubro de 1994 ao abrigo do Decreto nº 44/94 do Conselho de Ministros que em coordenação com outros programas de combate à pobreza, contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades. O FAS focaliza a sua actuação na demanda da comunidade, dirigindo as suas actividades ao investimento social nas áreas de educação, água e saneamento, saúde, infraestruturas económicas e ambientais (Decreto 44/1994).

A sua intervenção regista-se nas dezoito (18) províncias de Angola, através de escritórios provinciais. A implementação do FAS conta com o suporte financeiro de diferentes fontes, entre os quais, doações do Governo de Angola, créditos do Banco Mundial e doações da União Europeia. A implementação do FAS conta com o suporte financeiro de diferentes fontes, entre os quais, dotações do Governo de Angola, créditos do Banco Mundial e doações da União Europeia, Noruega, Suécia, Japão, Itália, Holanda, Chevron, British Petroleum, Shell, PNUD e USAID, (*ibidem*).

2.3.1. Objectivos

Servir ao modelo de criação, estruturação e funcionamento dos Institutos Públicos, de forma a garantir uma capacidade de resposta mais adequada;

Reforçar e promover estudos, práticas e projectos direccionados ao combate à pobreza, sobretudo, nas áreas rurais e per urbanas;

Promover a criação de riqueza nas comunidades locais e a melhoria da qualidade de vida das populações, numa perspectiva multidisciplinar e transversal, nomeadamente nos domínios da educação e alfabetização, água potável, energia, saúde, saneamento básico e segurança alimentar.

2.3.2. Missão

O FAS é uma Instituição pública angolana, autónoma e experiente, que de forma integrada, participativa e inclusiva promove o desenvolvimento económico e social sustentável das comunidades, especialmente as vulneráveis.

Com profissionalismo, trabalhamos em todo o território nacional nos diferentes níveis de governação, salvaguardando o alinhamento com as políticas setoriais, mobilizando recursos e gerindo-os com eficácia e transparência.

2.3.3. Visão

O FAS deseja ser uma referência internacional na boa gestão de fundos para a redução das assimetrias socioeconómicas das comunidades, através de um desenvolvimento inovador, participativo, sustentável e solidário, baseado na transparência, eficácia, sustentabilidade e profissionalismo.

2.3.4. Papel

Redução das disparidades geográficas, através da provisão da rede de serviços e infra-estruturas sociais;

Resposta às prioridades das comunidades rápida e sustentada, melhoria dos serviços sociais básicos, ao nível da qualidade e sustentabilidade da sua prestação.

2.3.5. Desafios

Garantir o alargamento da base de participação do ponto de vista de inclusão, diversidade e género; A organização comunitária seja vista como o ponto de partida

para a efectiva participação das populações no processo de tomada de decisão sobre a planificação e uso dos recursos públicos;

Os processos de planificação sejam mais realistas e respondam de facto às necessidades das populações, obedecendo aos diferentes escalões de tomada de decisão.

2.4. Descrição do Programa (KWENDA)

No âmbito das reformas económicas implementadas pelo actual governo angolano, foi aprovado, pelo Decreto Presidencial 125/20, o Programa de Fortalecimento do Sistema de Nacional de Protecção Social, também denominado KWENDA, com o objectivo de efectivar de forma temporária mas abrangente um sistema de protecção social às famílias em situação de vulnerabilidade, a fim de atenuar os impactos da reforma dos subsídios e dos aumentos dos preços dos serviços e bens básicos, sobre os mais pobres, (Araújo, 2021).

Neste contexto, o GoA recebeu do Banco Mundial (BM) um empréstimo no valor de USD320 milhões, financiado pelo Estado angolano (100.000.000 USD) perfazendo um total de 420.000.000 USD para implementar o projecto de fortalecimento do sistema nacional de protecção social - KWENDA cujos objectivos são de reforçar a capacidade do sector de protecção social, para implementar medidas de mitigação da pobreza, de curto e médio prazo, que, permitam aumentar a capacidade aquisitiva e financeira das famílias, com o provimento de uma renda mensal para famílias pobres, em áreas seleccionadas e que ajudem a estabelecer um sistema nacional de protecção social eficaz. (*ibidem*).

O PFPS-KWENDA, foi aprovado pelo Banco Mundial em Julho de 2019 e tornou-se efectivo no final de Janeiro de 2020, tendo as intervenções de terreno iniciado em Maio do referido ano. A data de conclusão está prevista para o final de Outubro de 2023. O programa é coordenado por uma Comissão Intersectorial, presidida pela Ministra de Estado para Área Social e a sua implementação está a cargo do Instituto de Desenvolvimento Local-FAS (Araújo, 2021).

O KWENDA tem vindo a ser implementado nas 18 províncias do país ao longo de um período de quatro (4) anos, em quatro fases diferentes – a primeira teve lugar em Março

de 2020 e as demais fases estão sendo implementadas entre junho-dezembro de 2021 e dezembro de 2022. A nível nacional, o programa foi inicialmente implementado em apenas 5 municípios piloto: Cacula (Huíla), Ombadja (Cunene), Cambundi Catembo (Malanje), Cuito Cuanavale (Cuando Cubango) e Nzeto (Zaire), sendo depois progressivamente alargado aos demais municípios das outras províncias, (*ibidem*).

2.4.1. Componentes do Programa

2.4.1.1. Transferências Sociais Monetárias (TSM)

A componente das Transferências Sociais Monetárias – que consiste na atribuição de um valor monetário trimestral de 25.500 kwanzas durante quatro trimestres, com o objectivo de alcançar mais de 1 milhão de famílias. Importa referir que a componente das TSM obedecem algumas fases, conforme aclara o (Decreto 125,2020).

❖ Cadastramento

O processo de registo ou Cadastramento - consiste em ir no terreno, numa zona geográfica definida, para registar os dados relativos aos agregados que preenchem as condições predefinidas de selecção.

❖ Validação

É o momento em que os agregados familiares efectuem a prova de vida, mediante a confirmação e reclamação dos dados constantes das listas provisórias. O processo de validação acontece em 3 fases: Comunitária, Institucional e Técnica.

❖ Pós Registo

O processo de matrícula ou pós registo – consiste em aplicar um filtro sobre os agregados familiares registados ou cadastrados, a fim de se apurar se de facto todo mundo que foi cadastrado é elegível para os programas de protecção social ou não, consiste ainda em dar o devido tratamento aos formulários no Sistema de Informação Integrada de Protecção Social (SIIPS), pós a quando desta fase, certas informações em falta podem ser recolhidas no terreno, como fotografias e outros, (*ibidem*).

2.4.1.2. Inclusão Produtiva

Conceituar inclusão produtiva ainda é um processo que está posto para a comunidade acadêmica, especialmente no que se refere a sua alternância entre a compreensão de processo e autonomia. Souza (2013), aponta para a ausência de uma conceituação clara a respeito do termo inclusão produtiva, especialmente pela sua recente adoção no âmbito das políticas públicas e por sua discussão ainda incipiente dentro da academia.

Contudo, há que se admitir que tal formulação apresente evidente limitação, tornando-se necessário aprofundar a reflexão não apenas sobre a concepção do termo, mas principalmente das intenções e das consequências promovidas por sua adoção no âmbito das políticas públicas sócio assistenciais, (*ibidem*).

Inclusão produtiva se tornou uma espécie de plano-padrão na ação pública. Para superar a miséria, assegurar renda, sustentar os níveis de emprego, fortalecer as comunidades, reduzir o peso das políticas sociais, e até mesmo para salvar os recursos naturais de um suposto (e criticável) círculo vicioso da pobreza, a inclusão produtiva tornou-se a expressão de como algumas sociedades modernas, organizadas pela ética do trabalho eficaz, (Veblen, 2012).

Nesse sentido, a inclusão produtiva pressupõe uma articulação das necessidades básicas do ser humano com a promoção do crescimento económico, (Sen, 1999).

A componente da Inclusão Produtiva consiste em identificar actividades geradoras de rendimento, seleccionadas em conformidade com as particularidades do grupo-alvo do programa, de maneira a intensificar a capacidade produtiva e financeira dos beneficiários, (Decreto 125/20).

Bergamaschi e Almeida, (2005) enfatizam que as acções de inclusão produtiva apresentam-se como importante vetor de enfrentamento a pobreza, a fim de contribuir para a emancipação e independência financeira das famílias, possibilitando-lhes o acesso ao conhecimento, à renda e à cidadania.

2.4.1.3. Municipalização da Acção Social

A história do serviço da acção social em todos os quadrantes em que a profissão desenvolveu a partir da sua génese na Europa Ocidental e na América do Norte, esteve

intimamente vinculada ao que actualmente se designa, sem muita precisão, como acção social, (Yazbek, 2009).

Debater hoje o acompanhamento social de públicos em situação de exclusão social ou de vulnerabilidade, enquanto serviço da acção social, na sua missão, problemas e desafios, implicam situar a sua análise no quadro das transformações que vêm ocorrendo na configuração das políticas sociais de combate a segregação do povo (Branco, 2008).

A componente da Municipalização da Acção Social visa aproximar os serviços sociais aos cidadãos ao nível dos municípios, desenvolvendo acções de prevenção de risco social e inclusão social, com base no estabelecimento de Centros de Acção Social Integrados (CASI) em cada município seleccionado, (Decreto 125/20).

2.4.1.4. Reforço do Cadastro Social Único (RCSU)

O RCSU é um sistema de informação composta por uma base de dados robusta com informações socioeconómicas e demográficas dos agregados familiares vulneráveis nos pais. Serve no entanto, por um lado, facilitar o trabalho das entidades públicas na selecção dos potenciais beneficiários dos programas sociais, por outro lado, para auxiliar o governo a definir políticas sociais mais eficazes direccionadas às que vivem em extrema pobreza e vulnerabilidade. Tem no entanto, como objectivo de garantir maior transparência e justiça social na gestão e atribuição de benefícios sociais, gestão esta feita pelo Sistema de Informação e Gestão da Acção Social (SIGAS), (PFPS, 2021).

2.4.2. Critérios de Elegibilidade e Inelegibilidade

A componente das transferências sociais monetárias (TSM) que consiste na atribuição de uma renda mensal as famílias pobres e vulneráveis cadastrados e inscritos no programa tem os seguintes critérios: (PFPS, 2021).

Tabela 1. Critérios de Elegibilidade às TSM

Elegibilidade	Maioridade
	Ser morador do Município alvo do programa
	Estar dentro dos padrões de vulnerabilidade
	Não ser esposa de chefes de agregados que tenham uma renda mensal

Fonte: (PFPS, 2021).

Tabela 2. Critérios de Inelegibilidade às TSM

Inelegibilidade	Menoridade
	Não ser morador do município alvo do programa
	Ser beneficiário de algum programa do governo, ser funcionário, antigo combatente, sobas e pensionistas.
	Ser esposa de chefes de agregados que tenham uma renda mensal

Fonte: (*ibidem*).

Inclusão Produtiva: a componente da Inclusão Produtiva que consiste em identificar atividades geradoras de rendimento tem como critérios de elegibilidade e inelegibilidade os seguintes:

Tabela 3. Critérios de Elegibilidade a IP

Elegibilidade	Maioridade
	Ser morador do Município alvo do programa
	Não ser beneficiário de algum programa de financiamento do governo
	Exercer uma actividade geradora de renda

Fonte: (PFPS, 2021).

Tabela 4. Critérios de Inelegibilidade à IP

Inelegibilidade	Menoridade
	Não ser morador do Município alvo do programa
	Ser beneficiário de algum programa de financiamento do governo.
	Grandes empresários ou produtores

Fonte: (*ibidem*).

2.4.2. Beneficiários do Programa

Os beneficiários do Programa KWENDA são todas as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade que vivem nos municípios urbanos e rurais com maior número de pobres, correspondendo a um total de 22 municípios a nível do País. Em termos da sua abrangência, o programa prevê atingir até 1.608.000 agregados familiares (AF), dos quais 1.000.000 estão a ser apoiados pelo empréstimo do BM, no montante de US\$ 320 milhões e os restantes 608.000 AF, deverão ser financiados, pelos recursos ordinários do GoA, num montante de US\$ 100 milhões, perfazendo um total de US\$ 420 milhões. O KWENDA tem o propósito de lutar contra a pobreza já instalada, sendo dirigido principalmente para pessoas com idade de actividade económica ou educativa, procurando, portanto, complementar o rendimento familiar e não garanti-lo, (Araújo, 2021).

2.5. KWENDA no Cuanza Norte

Cuanza-Norte é uma província de Angola, localizada na região centro-norte do país. Sua capital está na cidade de Ndalatando, no município de Cazengo. Segundo as projecções populacionais de 2018, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, conta com uma população de 495.810 habitantes e área territorial de 24 110 km², sendo a segunda província menos populosa de Angola, ficando a frente apenas do Bengo. É constituída de 10 municípios, sendo os de Ambaca, Banga, Bolongongo, Cambambe, Cazengo, Golungo Alto, Gonguembo, Lucala, Quiculungo e Samba Caju. Geograficamente, Cuanza Norte limita-se a norte pela província do Uíge, a oeste pela província do Bengo, a leste pela província de Malanje e a sul pela província do Cuanza Sul. O Cuanza Norte é banhado principalmente pelos rios Cuanza, que é o maior rio totalmente angolano, e Lucala. (Duarte, 2014).

Na realidade local, o KWENDA tem vindo a ser implementado em quatro (4) municípios, nomeadamente: Ambaca, Banga, Golungo Alto e Quiculungo, sendo este (Quiculungo), o município em que se deu os primeiros passos, tendo sido lançado oficialmente em 28 de Junho de 2020. Começando pela realização de um encontro formal com a vice Governadora, na altura Dr.^a Leonor da Silva Ferreira Garibaldo Lima Cruz para apresentação do programa e abordar questões ligadas ao processo técnico de cadastramento bem como a importância da participação activa da administração e os demais órgãos do município no processo. (Departamento Provincial do FAS Cuanza Norte, 2021).

No entanto, foi possível no decorrer de 15 dias ser cadastrado e inscritos em toda extensão do município um total de 2.046 AF que até ao momento já beneficiaram a primeira prestação das transferências sociais monetárias, o município beneficia também da segunda componente de inclusão produtiva e conta até ao momento com um Centro de Acção Social Integrado (CASI), que tem por objectivo aproximar os serviços básicos a população, tem por meio deste facilitar as populações em não percorrer longas distâncias afim de tratar documentos e resolver assuntos diversos, bem como desafogar as enchentes nas administrações municipais e comunais (*ibidem*).

Tabela 5. Dados Gerais do KWENDA no Cuanza Norte

Número	Municípios	Beneficiários Inscritos	Agregados Familiares Pagos
1	Ambaca	12 398	11 220
2	Banga	1 747	0
3	Golungo-Alto	4 511	4 364
4	Quiculungo	2 046	1913
Total	4	20 702	17 497

Fonte: (Departamento Provincial do FAS Cuanza Norte, 2021).

2.6. Influência das Transferências Sociais Monetárias do Programa KWENDA na Melhoria de Condição de Vida das Famílias.

Kerstenetzky (2009), advoga que existem duas razões relevantes para a diminuição das desigualdades. A primeira, relacionada à geração de emprego com fortalecimento do

salário mínimo. A segunda, refere-se aos programas sociais de transferências de renda aos mais pobres e vulneráveis, Notadamente, ao se observar que as famílias enfrentam grandes dificuldades em satisfazer suas necessidades, sobre tudo as mais básicas, o PFPS surge como um aspecto relativamente mais importante. Isso porque é perceptível que um número significativo de famílias que estão na parte inferior na distribuição está melhorando os seus ínfimos recursos com esse tipo de benefício monetário.

Santos e Magalhães (2012), explicam que os programas de protecção social foram criados por intermédio de medidas estratégicas embora provisórias de mitigação a pobreza e vulnerabilidade social, buscando a integração das famílias em todas as esferas sociais desde o aproximar dos serviços sociais básicos e de qualidade, as transferências direta de renda, bem como o oferecimento de programas adicionais, dentre os quais a geração de emprego e fortalecimento de actividades geradoras de renda.

No mesmo raio de pensamentos, as autoras ainda esclarecem que as transferências sociais monetárias são exclusivamente direcionadas às famílias cadastradas. Vale ressaltar ainda que, conforme observação das autoras, alguns indicadores demonstram que as transferências sociais monetárias estão de certa forma causando um impacto positivo as famílias, necessariamente de mudança de estilos de vida. Outrossim, o anseio de inclusão social a partir do PFPS visa ir além da simples distribuição pecuniária de benefícios, indo ao encontro de estratégias de fomento as pequenas actividades geradoras de rendimento com fim a libertação das famílias de baixa renda (*ibidem*).

CAPÍTULO 3- METODOLOGIA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO

3.1. Tipo de investigação

Uma investigação é um conjunto de actividades devidamente planificadas e orientadas de maneira sistemática e coerente, na busca de novos conhecimentos que se assinalam além do alcance da sociedade (Sakamoto & Silveira, 2014). Compreende-se por metodologia, o conjunto de técnicas que possibilitam colectar e analisar informações sobre a realidade social que está sendo estudada. O método é o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, (Zanella, 2012).

Nesta investigação, com vista o alcance do seu objectivo fundamental, caracteriza-se como um estudo exploratório e descritivo. Alves (2012), explica que a pesquisa bibliográfica é feita a partir de estudos já efectuados por outros investigadores.

Já para Gil (2010), afirma que a investigação descritiva, tem como característica, determinar a população ou fenómeno ou estabelecer as relações entre as variáveis.

Para o desenvolvimento da presente investigação, recorreu-se a metodologia quantitativa. Fonseca (2002), a metodologia quantitativa, utiliza técnicas específicas de mensuração, tais como questionário com respostas de múltipla escolha, fazendo o uso de cálculos de média e procedimentos estatísticos.

3.2. População e amostra

Uma investigação científica encara o dilema de estudo da população e da amostra. Em estatística, população é o conjunto de todos os elementos ou resultados sob investigação (Bussab & Moretlin, 2002). A população da nossa investigação, foi constituída por 2.775.

Segundo Young (2002), amostra é definida como sendo um subconjunto representativo de uma população maior, que é selecionado para estudo ou pesquisa. A amostra é usada para fazer inferências sobre a população em geral, levando em consideração as características e proporções presentes na amostra selecionada. Através desta, extraímos uma amostra de 150 inquiridos. Ainda assim caracterizamo-la como não probabilística intencional. Existe um critério para a escolha dos elementos da amostra, ou seja os

elementos que fizeram parte da amostra são exclusivamente os beneficiários das transferências sociais monetárias do programa KWENDA, moradores da Sede Municipal do Golungo – Alto.

3.3. Métodos, técnicas e procedimentos

No desenvolvimento do nosso trabalho utilizámos os métodos como, o dedutivo, e estatísticos combinados com as técnicas bibliográficas e de inquérito por questionário. O método dedutivo permitiu-nos partir do geral ao particular das informações. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com suporte na lógica. O raciocínio dedutivo tem o objectivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão, (Prodanov & Freitas, 2013).

A técnica de pesquisa bibliográfica consiste no uso de obras elaboradas a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, *internet*, com o objectivo de colocar o investigador em contacto directo com todo material já existente sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é indispensável que o investigador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar, (*ibidem*).

O método estatístico permitiu-nos fazer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado. Com base na utilização de testes estatísticos, possibilita-se determinar, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão, bem como a margem de erro de um valor obtido, (Gil, 2008).

Para recolha dos dados, utilizou-se o questionário, com perguntas fechadas, do tipo dicotómico. “As perguntas do tipo dicotómico são aqueles em que apenas se oferecem aos inquiridos, duas alternativas de respostas, geralmente formuladas em termos de “Sim/Não”, “verdadeiro/Falso” ou “Concordo/Discordo”, (Zanella, 2012).

O questionário foi aplicado face a face, tendo em conta a fraca colaboração científica da população, por um lado, e, por outro, para maior celeridade do próprio processo investigativo.

Quanto a estrutura, o questionário está dividido em 2 secções, sendo que a 1ª apresenta dados sobre o perfil do inquiridos e a 2ª apresenta dados sobre o programa KWENDA.

Para garantir a execução da nossa investigação num ambiente de confiança, a recolha de dados foi obtida de forma confidente e anónima, agregando como elementos participativos, o FAS – Instituto de Desenvolvimento Local, Supervisores da Administração Municipal do Golungo – Alto e os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS).

De igual modo, os dados fornecidos por estes, serviram para a exploração do tema em abordagem, ou seja, para termos uma ideia mais clara sobre o assunto.

3.4. Dificuldades

A escassez de biblioteca e a ausência dos potenciais beneficiários em seus respetivos bairros na data de colecta de dados, constituíram as principais dificuldades para a concretização desse trabalho investigativo.

3.5. Caracterização do local de estudo

Golungo – Alto é uma cidade da província do Cuanza Norte, tem 198 km² e cerca de 70 mil habitantes. É limitado a norte pelo Município do Pango Aluquem, a leste pelos Municípios do Ngoguembo e Lucala, a sul pelo Município de Cazengo e a oeste pelo de Cambambe. O Município é constituído pela comuna sede, correspondente à cidade de Golungo Alto, e pelas comunas de Cambondo, Cêrca e Quiluanje, quanto a actividade económica é maioritariamente focalizada na agricultura familiar.

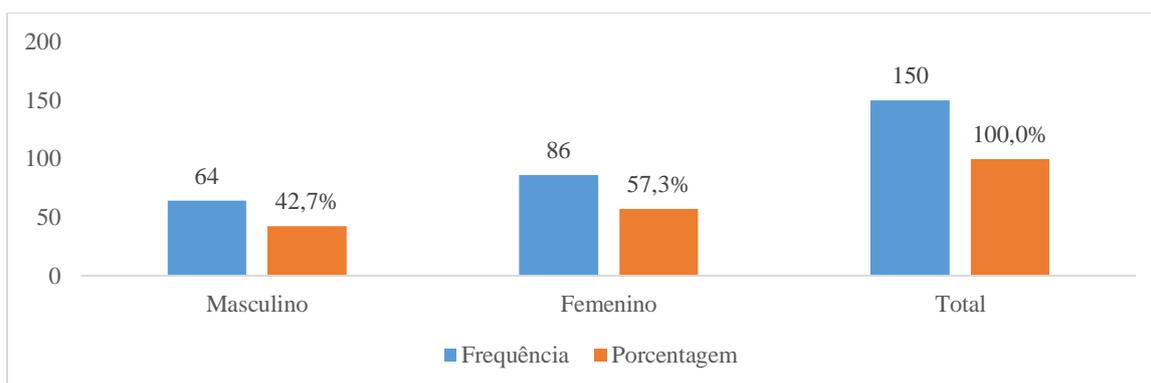
A cidade era servida por uma estação ferroviária, que a ligava ao caminho-de-ferro de Luanda através do Ramal do Golungo Alto. A cidade foi capital do distrito do Golungo Alto (atual Província do Cuanza Norte) entre o século XVII e 1866 com um curto intervalo entre 1857 e 1861 (já com o nome Cuanza), com capital novamente no Golungo, mas logo depois a sede provincial foi transferida para Ndalatando.

3.6. Análise e interpretação dos resultados

A análise dos dados adquiridos através dos questionários fez-se através da combinação de dois *softwares*. O primeiro foi o *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 20 combinado com o *Microsoft Excel* 2013, no qual foram inseridos os dados e forneceu-nos os mesmos já organizados em tabelas.

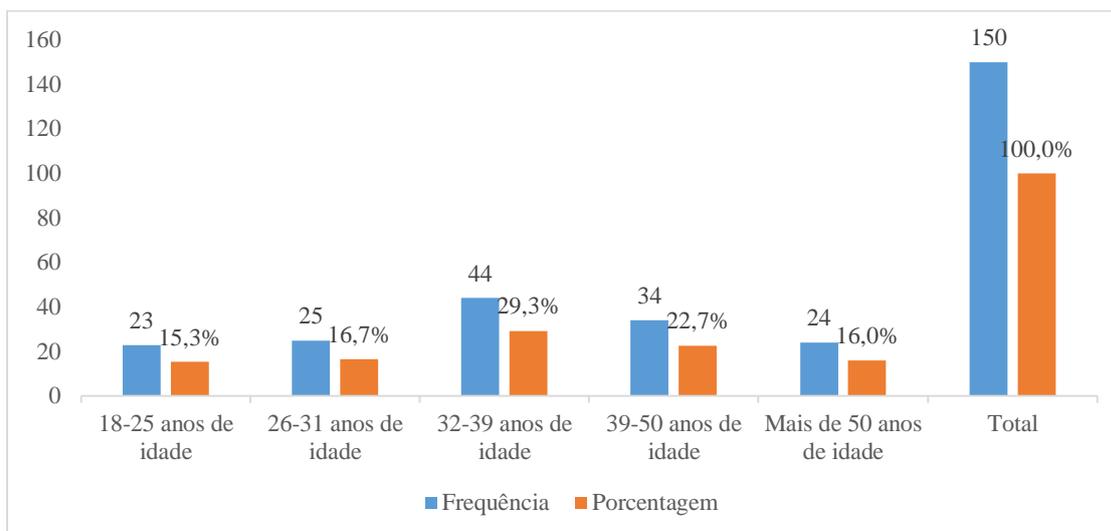
Na visão de Santos (2018) a estatística descritiva consiste na recolha, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados, tendo como objectivo principal sintetizar uma série de valores da mesma natureza e permitir que se tenha uma visão global da variação desses valores. Tal ajudou-nos a extrair indicadores estatísticos relevantes, como a frequência e a percentagem válida.

Gráfico 1. Género dos Inquiridos



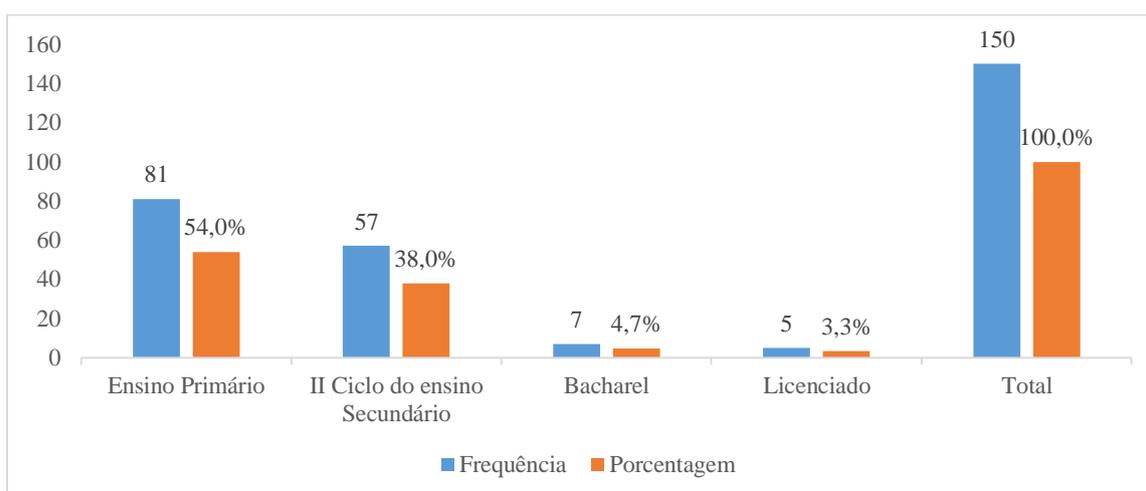
Relativamente ao género dos inquiridos, o gráfico nº 1 mostra que 86 beneficiários que correspondem a 57,3% são do género feminino e 64 inquiridos que correspondem a 42,7% são do género masculino. Dizer que os beneficiários das transferências sociais monetárias são caracterizados na sua maioria por mulheres, representando assim o maior número de beneficiários na Sede municipal do Golungo Alto.

Gráfico 2. Faixa Etária?



Quanto a faixa etária, o gráfico nº 2 ilustra que 44 beneficiários que representam 29,3% têm idade compreendida entre 32 a 39 anos de idade, 22,7% (34) com idade compreendida entre 39 a 50 anos de idade, 16,7% (25) com idade entre 26 a 31 anos de idade, entre, 16,0% (24) têm mais de 50 anos de idade, 15,3% (23) com idade compreendida entre os 18 aos 25 anos de idade. Os resultados mostram que a maioria dos beneficiários com baixa renda de vida está compreendida entre 32 a 39 anos de idade.

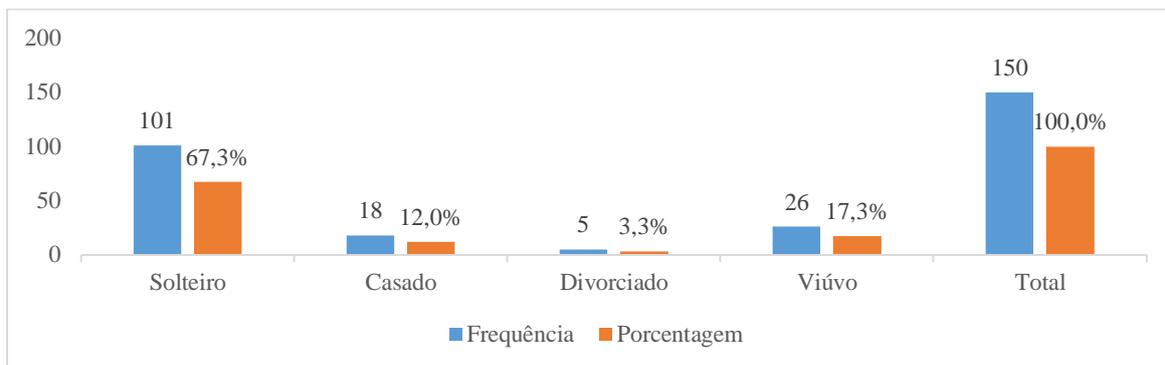
Gráfico 3. Nível de Escolaridade



Quanto ao nível de escolaridade, o gráfico nº 3 ilustra que 81 beneficiários que representam 54% têm como nível de escolaridade o ensino primário, 38% (57) com o nível

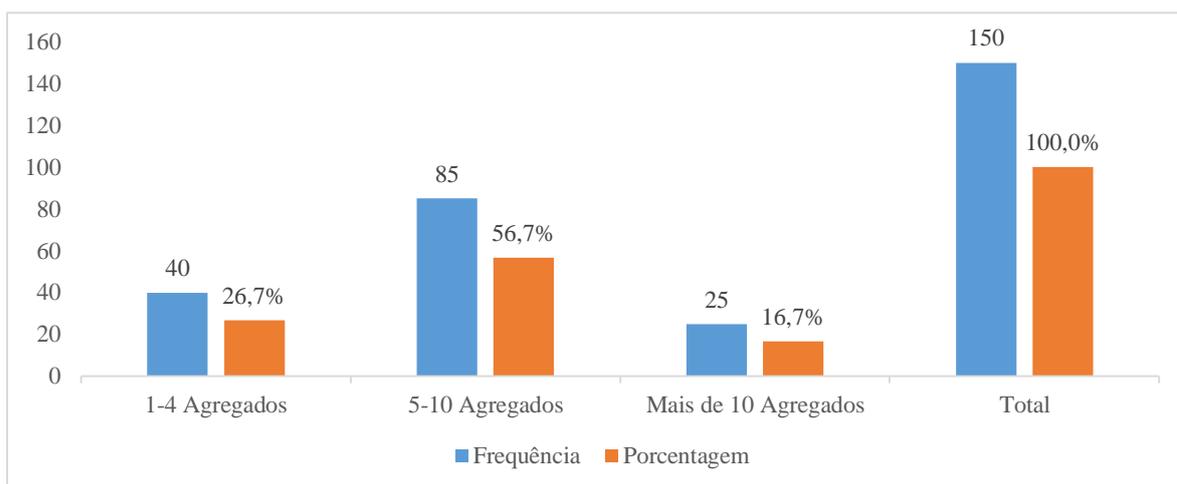
de escolaridade do IIº ciclo do ensino secundário, 4,7% (7) Bacharel e 3,3% (5) com o nível de licenciado, importa referir que os nossos dados mostram que não foi inquerido nenhum Mestre ou Doutor. Pelo que, Os resultados mostram que a maioria dos beneficiários inqueridos tem o nível de escolaridade correspondente ao ensino primário.

Gráfico 4. Estado Civil?



Quanto ao estado civil dos inquiridos, o gráfico nº 4 ilustra que 101 beneficiários que representam 67,3% são solteiros, (26), inquiridos que representam 17,3% são viúvos, 18 agregados inquiridos que representam 12% são casados, por fim, 5 inquiridos que representam 3,3% são divorciados. Portanto, os resultados mostram que a maioria dos beneficiários inqueridos é solteira.

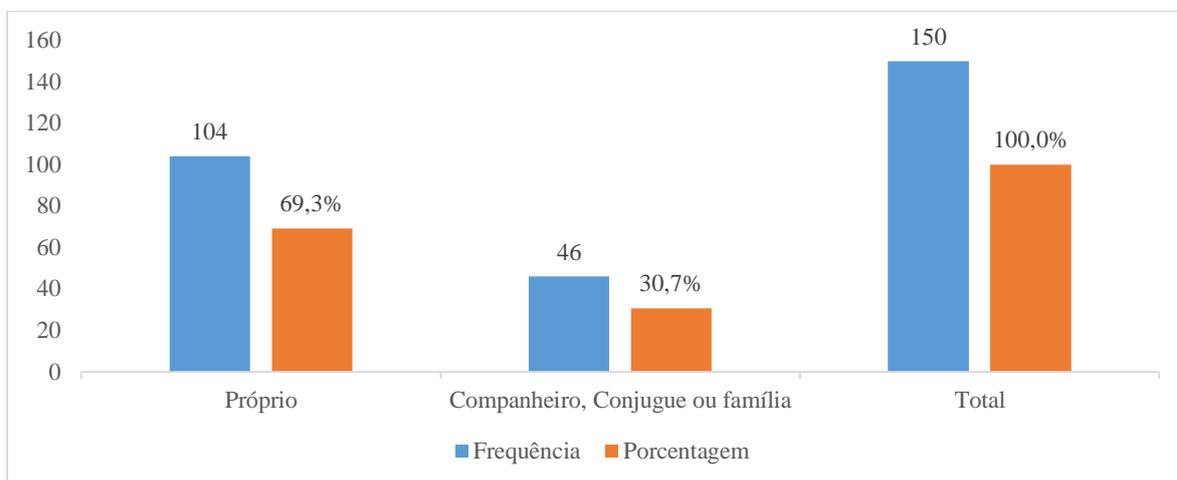
Gráfico 5. Qual é o número do vosso agregado familiar actualmente?



No que diz respeito o número do agregado familiar, 85 inquiridos que representam 56,7% estão escalados entre 5 a 10 elementos no agregado, 40 que representam 26,7% estão entre 1 a 4, ao passo que 25 inquiridos que representam 16,7% dizem que o seu agregado é

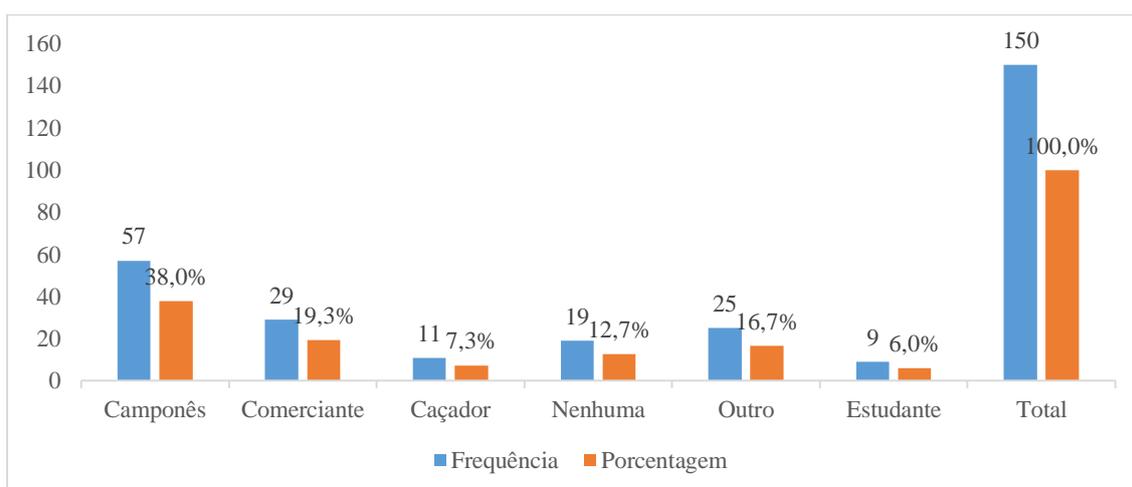
composto com mais de 10 membros. Portanto, o estudo revela que maior parte dos agregados inquiridos são constituídos entre 5 a 10 membros.

Gráfico 6. Quem é o principal responsável pela Gestão do vosso Orçamento Familiar?



104 Inquiridos que representam 69,3% dizem que são eles próprios a fazerem a gestão orçamental do seu agregado, ao passo que 46 inquiridos que representam 30,7% esclarecem nos que a gestão orçamental é feita por um companheiro, conjugue ou outro membro da família. Como resultado, conseguimos perceber que a gestão orçamental é maioritariamente feita pelos próprios inquiridos.

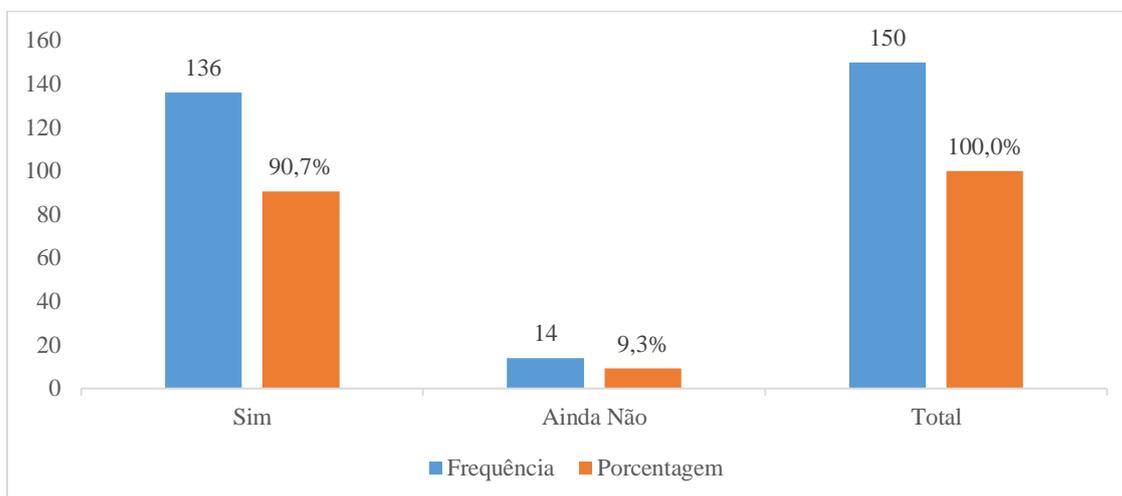
Gráfico 7. Ocupação laboral?



Quanto a ocupação laboral dos inquiridos, 57 que correspondem 38% são camponeses, 19,3% (29) são comerciantes, 16,7% (25) tem outra ocupação, 12,7% (19) não têm

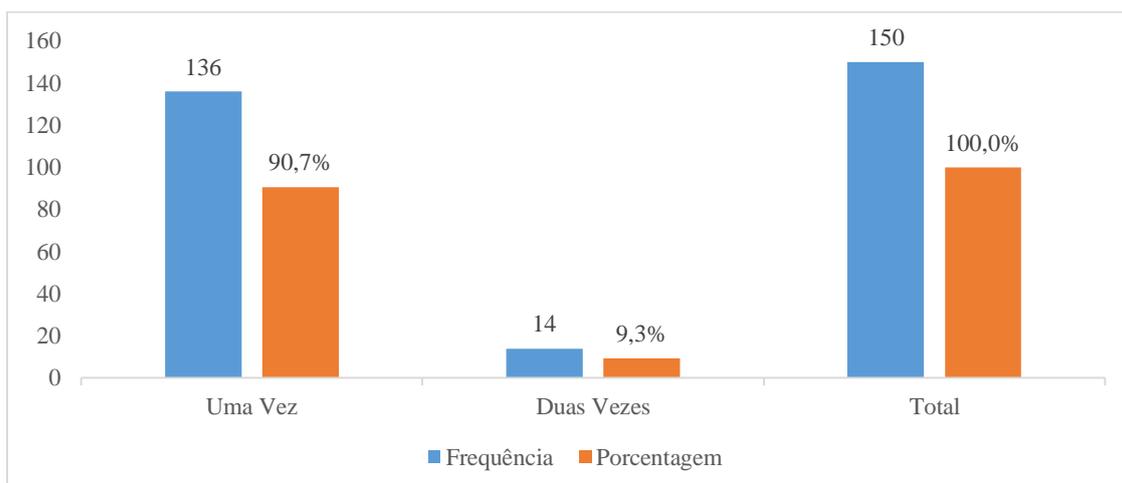
nenhuma ocupação, 7,3% (11) são caçadores e 6% (9). Com isso, os nossos inquiridos são maioritariamente constituídos por camponeses.

Gráfico 8. Já alguma vez beneficiou das transferências sociais monetárias do programa KWENDA?



136 inquiridos que representam 90,7% dizem que já beneficiaram das TSM do Programa KWENDA, 9,3% (14) ainda não beneficiaram das TSM do Programa KWENDA por uma razão específica (Ausência).

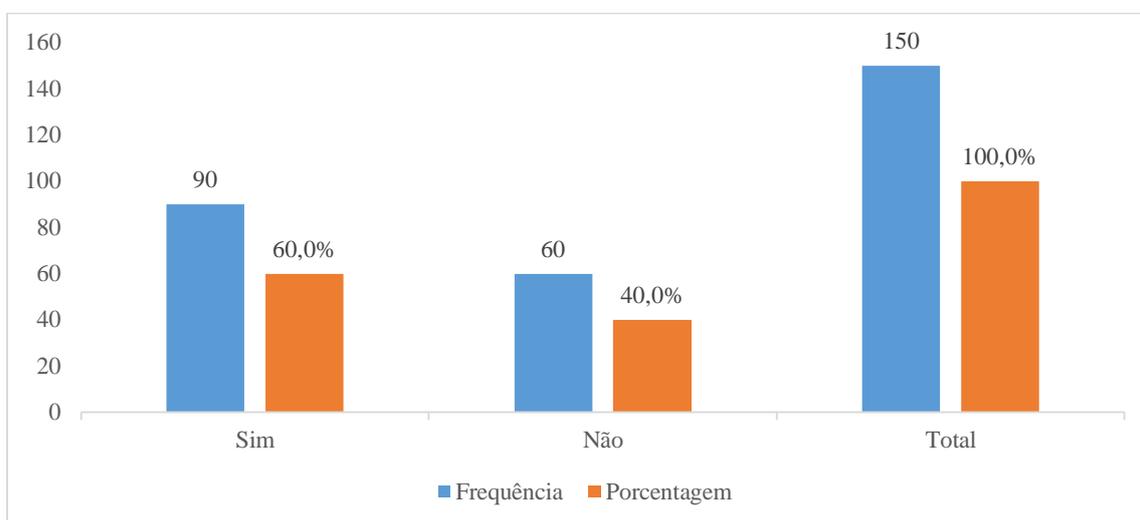
Gráfico 9. Se sim, quantas vezes já beneficiou das transferências sociais monetárias do programa KWENDA?



136 Inquiridos que representam 90,7% dizem-nos que só beneficiaram ainda uma vez, ao passo que 9,3% (14) dizem que já beneficiaram duas vezes. No entanto, o nosso estudo

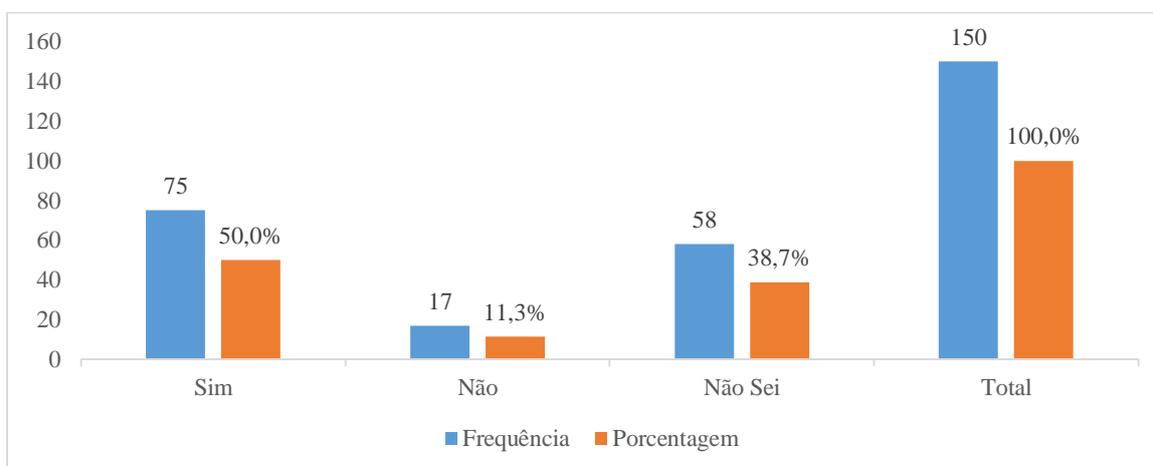
revela, e o que constitui a verdade a recessão das transferências monetárias simplesmente uma vez.

Gráfico 10. Conhece os critérios de selecção para se beneficiar das transferências sociais monetárias do Programa KWENDA?



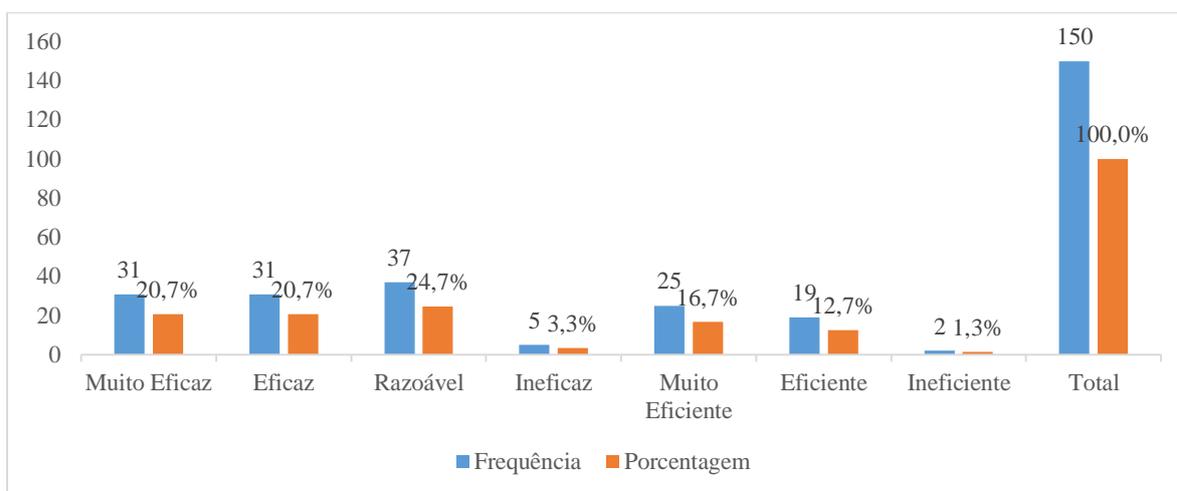
90 inquiridos que representam 60% dizem-nos que conhecem os critérios, ao passo que 60 que representam 40% que não conhecem os critérios. Com isso dá nos a entender que maior parte dos inquiridos conhecem os critérios, mas percebe-se também a necessidade de alargar mais ainda as informações sobre os critérios.

Gráfico 11. Os critérios e procedimentos usados no processo de atribuição das TSM do Programa KWENDA são compreensíveis e transparentes?



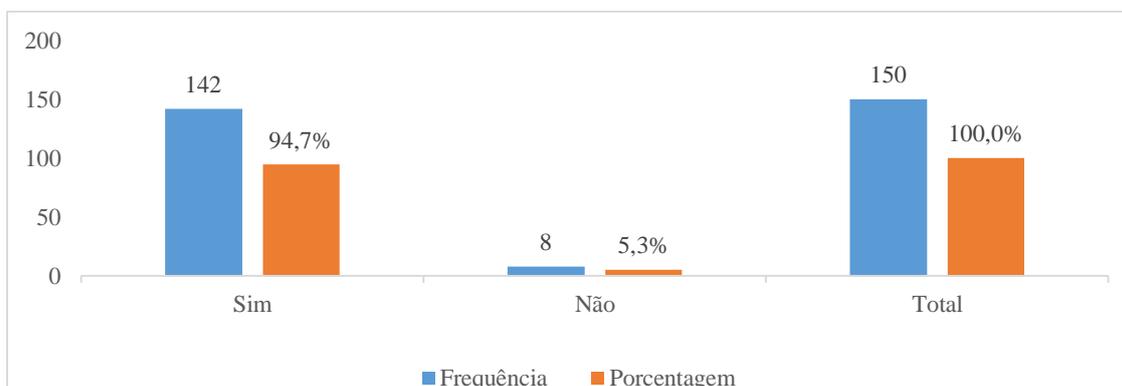
75 Agregados inquiridos com a taxa de 50% dizem que conhecem os critérios, 38,7% (58) dizem que não sabem se são ou não compreensíveis e transparentes, por fim, 11,3% (17) dizem que os critérios usados não são compreensíveis e transparentes. Com tudo, a nossa pesquisa mostra que maior parte dos beneficiários acreditam ser compreensíveis e transparentes os critérios usados na atribuição dos benefícios.

Gráfico 12. Como classifica o programa KWENDA no combate a fome e a pobreza no Município?



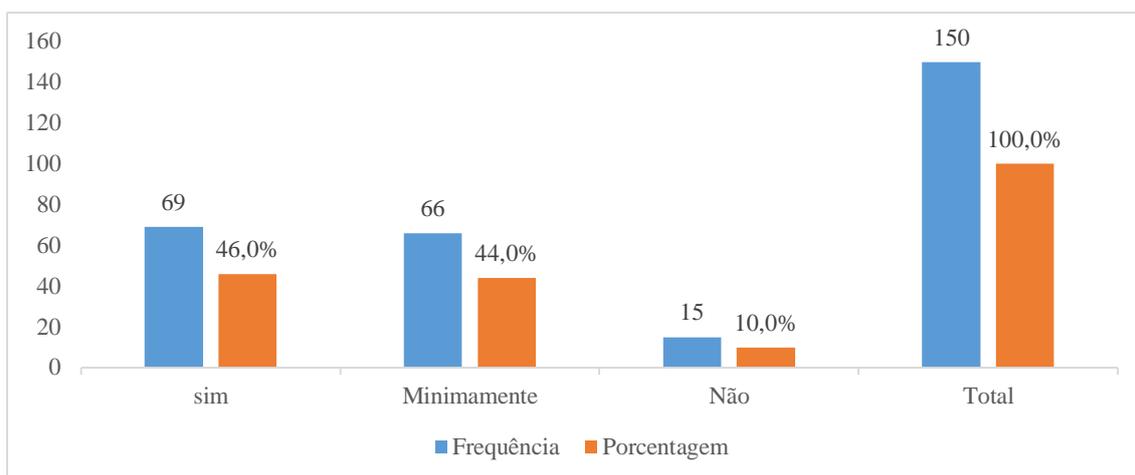
37 inquiridos que representam 24,7% dizem classificam como razoável a intervenção do programa no combate a pobreza, 20,7% (31) dizem ser muito eficaz, o mesmo número para a classificação eficaz, 16,7% (25) muito eficiente, 12,7% (19) eficiente, 3,3% (5) e 1,3% (2) ineficiente. Porém, maior parte dos beneficiários classificam como razoável a intervenção do programa no combate a pobreza.

Gráfico 13. Pela influência que o programa tem causado, acha que o mesmo deveria continuar?



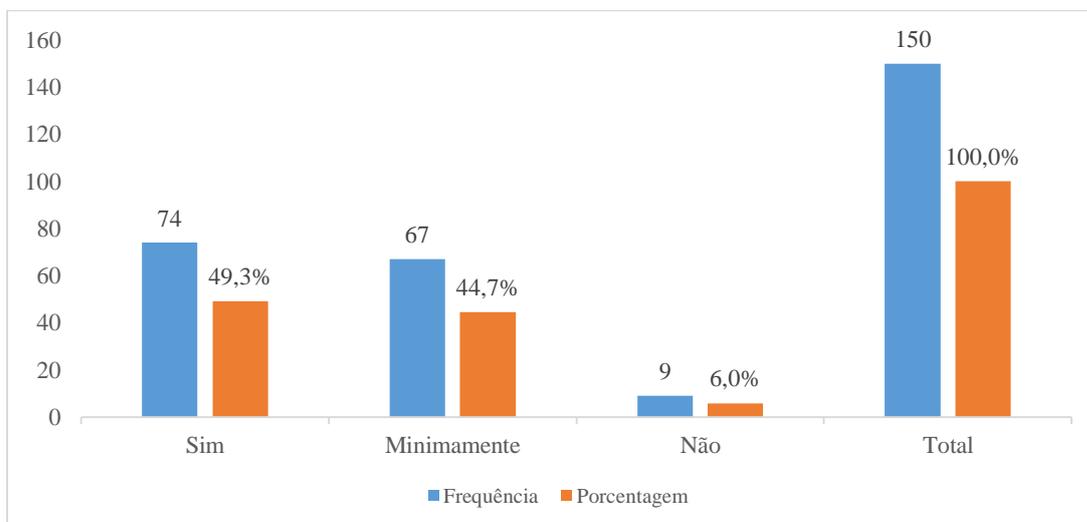
142 Agregados inquiridos com uma representação percentual de 94,7% dizem que o programa deveria continuar 5,3% (8) que não. Com isso obtemos a resposta que os beneficiário pretendem que o programa continue.

Gráfico 14. Acredita que o programa KWENDA permite incluir as pessoas que possuem baixa renda para promover uma sociedade igualitária?



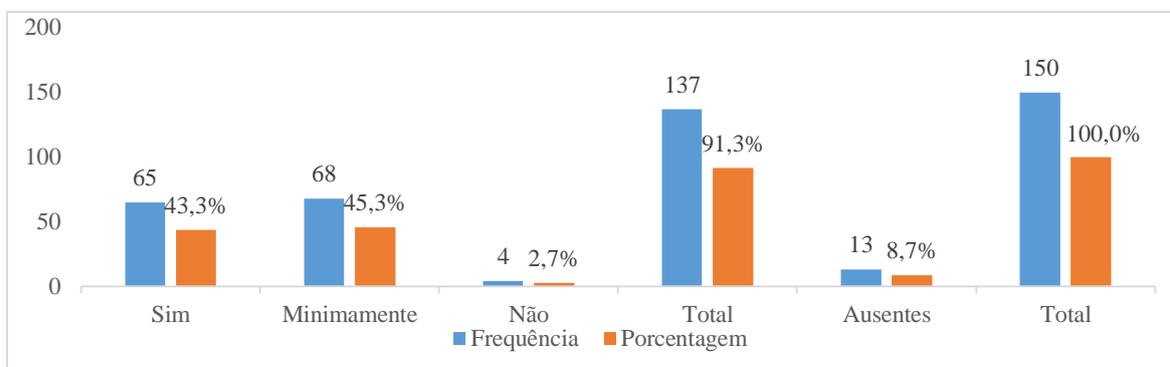
69 que correspondem 46% afirmam que o programa permite sim incluir as pessoas de baixa renda, 44% (66) dizem que minimamente o programa permite incluir, ao passo que 10% (15) afirma que não. Por conta destas variáveis percebemos que o programa permite sim incluir as pessoas de baixa renda para promover uma sociedade igualitária.

Gráfico 15. O programa KWENDA contribui na melhoria de condições de vida das populações de baixa renda?



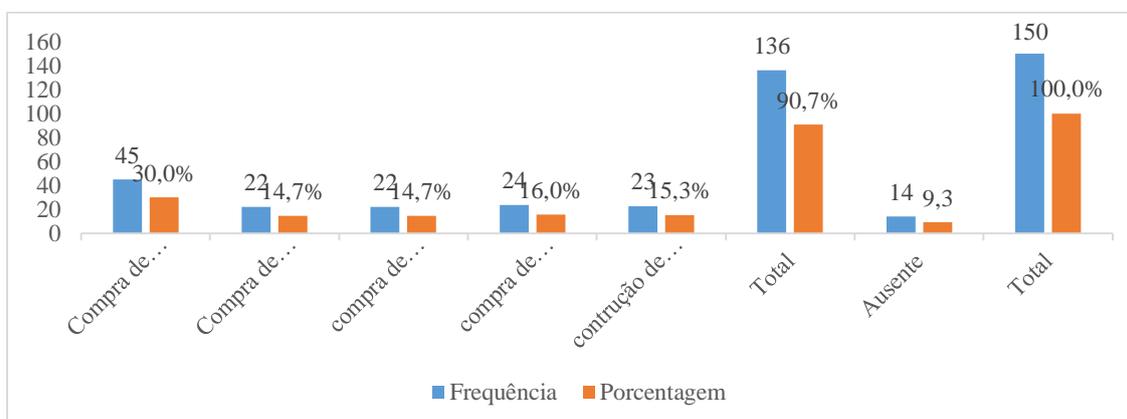
Dos inquiridos, 74 que representam 49,3% confirma que o programa KWENDA contribui na melhoria de condições de vida das populações de baixa renda, 44,7% (67) dizem que minimamente o programa contribui no melhoramento das condições de vida dos AFs de baixa renda, por último, 6% (9) dizem que o programa KWENDA não contribui na melhoria de condições de vida das populações de baixa renda. Com realce ao primeiro dado desta interpretação, o programa KWENDA contribui na melhoria de condições de vida das populações de baixa renda fruto das declarações apresentadas pela maioria dos inquiridos.

Gráfico 16. O dinheiro que recebe no KWENDA tem ajudado na melhoria das condições da tua família?



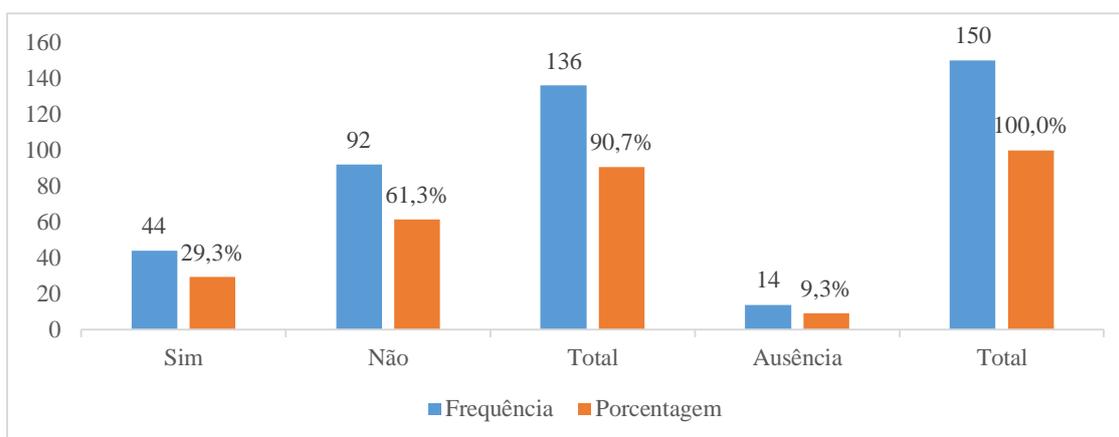
68 inquiridos que representam 45,3% afirma que minimamente o dinheiro tem ajudado, 43,3% (65) que sim, 8,7% (13) Por não terem ainda se beneficiado não foram elegíveis a responder a essa questão e 2,7% (4) que não. Com isso, somos a dizer que o dinheiro que os agregados recebem no KWENDA tem ajudado minimamente na melhoria das condições das famílias.

Gráfico 17. De que Serve o Dinheiro que beneficia do KWENDA?



Dos inquiridos, 45 que representam 30% afirma que o dinheiro serve para a compra de comida, medicamentos, roupas e outros bens de primeira necessidade, 16% (24) Compra de produtos da cesta básica para revender, 15,3% (23) serve para construção de uma casa, 14,7% (22) para compra de sementes e conservantes para aumentar a produção, a mesma percentagem para compra de material para trabalho de campo. Podemos assim dizer que tem servido o dinheiro do KWENDA maioritariamente para a compra de comida, medicamentos, roupas e outros bens de primeira necessidade.

Gráfico 18. Tem reservado pelo menos 10% do valor que recebe do KWENDA?

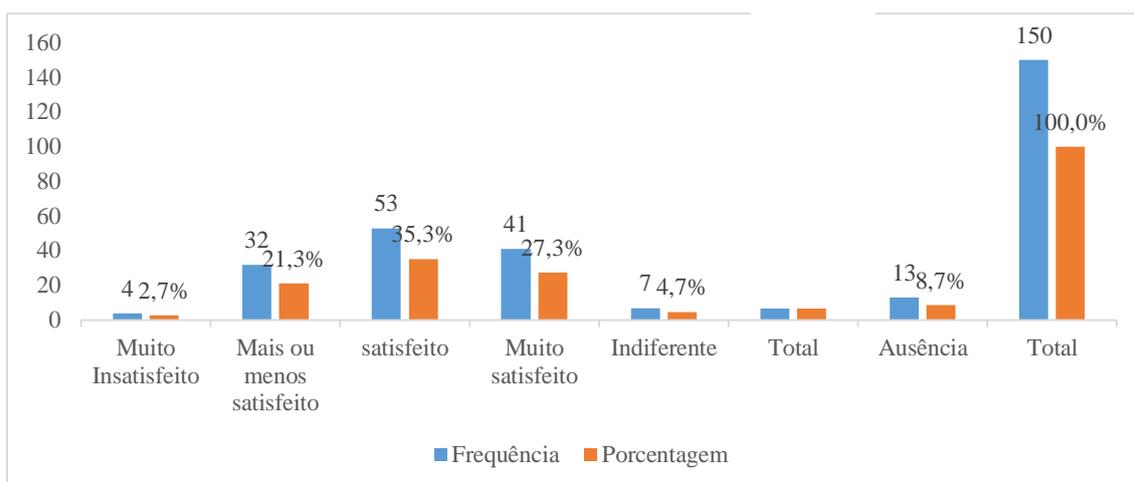


Dos 150 inquiridos, 92 que corresponde a 61,3% dos inquiridos, não a fizeram poupança de pelo menos 10% do valor que receberam do programa, ao passo que 44 correspondente a 29,3%, conseguiram fazer poupança do valor que receberam, 14 (9,3%), ainda não receberam os seus benefícios por isso não são elegíveis para o estudo.

Gráfico 19. Levando tudo em consideração, como te sentes com relação o dinheiro que recebe do Programa KWENDA?

O gráfico nº 19, mostra que 53 (35.3%) mostram - se satisfeitos com o programa, o que leva-nos mais uma vez a concluir que as TSM influencia de forma preponderante na

melhoria das condições de vida das famílias do município do Golungo – Alto.



Dos agregados inquiridos, com relação ao dinheiro recebido do programa, 53 (35,3%) sentem se satisfeitos com, enquanto 41 (27,3%) estão muito satisfeitos, ao passo que 32 (21,3%) responderam mais ou menos satisfeito, por outra 7 (4,7%) responderam indiferente, enquanto 4 (2,7%) responderam muito insatisfeito, ao passo que 13 (8,7%), não são elegíveis para o inquérito pois não receberam ainda os seus benefícios.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos com esta investigação permitiram alcançar os objectivos propostos. Assim sendo, somos a concluir o seguinte:

Relativamente ao gráfico nº 8, 136 (90,7%) confirmam já terem beneficiado das transferências sociais monetárias do programa KWENDA.

No gráfico nº 17, 45 (30%) têm aplicado o dinheiro principalmente na compra de alimentos, roupas, remédios e outros bens de primeira necessidade, vale destacar que 24 (16%) usam o dinheiro na compra de produtos da cesta básica para revender.

Relativamente ao gráfico nº 18, 92 (61,3%) dizem-nos que não têm poupado nem sequer 10% do valor que recebem do KWENDA.

O gráfico nº 19, mostra que 53 (35.3%) mostram - se satisfeitos com o programa, o que leva-nos mais uma vez a concluir que as TSM influencia de forma preponderante na melhoria das condições de vida das famílias do município do Golungo – Alto.

SUGESTÕES

- ❖ Que seja levado em debate público a institucionalização do programa KWENDA no País, tendo em conta que as famílias estão conseguindo sair da última linha da pobreza por intermédio da componente de Transferências Sociais Monetárias;
- ❖ Que seja levado a cabo um programa municipal de literacia financeiras, pois as famílias precisam saber como aplicar o seu benefício para que dele saia uma renda fixa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, R. (2012). *Tipos de Metodologias Adotadas nas Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, no Período de 2012 a 2014*. Argentina: Bookmann.
- Araújo, I. L. (2021). *Impacto do Programa KWENDA na Segurança Alimentar dos Beneficiários da Cacula*. Lisboa: Elsevier.
- Aveni, A. (2019). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Baggio, A. F. (2014). *Empreendedorismo: conceitos e definições*. São Paulo: Saraiva.
- Bergamaschi, C. B., & Almeida, C. A. (2005). *Serviços de inclusão produtiva: uma Análise da Percepção dos Participantes sobre a Inclusão no mercado de trabalho*. Porto Alegre: Anais.
- Bitencourt, C. R. (2015). *Tratado de Direito Penal: parte geral*. São Paulo: Saraiva.
- Bocato, V. R. (2006). *Metodologia da Pesquisa Bibliográfica na Área da Odontologia e o Artigo Científico como Forma de Comunicação*. São Paulo: Atlas.
- Bolfarine, H., & Bussab, W. d. (2000). *Elementos da Amostragem*. São Paulo: Preliminar.
- Bourdieu, P. (1990). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliensa.
- Bovens, M. (2010). *Evolução das Políticas Públicas*. Oxford: Oxford University Press.
- Branco, F. (2008). Ação Social, Individuação e Cidadania. *Comunidades e Território*, 81 a 91.
- Bussab, W. d., & Moretlin, P. A. (2002). *Estatística Básica*. São Paulo: Saraiva.

- Butler, J. (2021). *Precariedade: Uma Economia de Múltiplos Rostos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Capucha, L. M. (2005). *Desafios da Pobreza*,. Celta: Oeiras.
- Carneiro, C. B., & Costa, B. L. (2003). *Exclusão Social e Políticas Públicas: Algumas Reflexões a Partir das Experiências Descritas no Programa Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: Atlas.
- Carvalho, P. d. (2008). *Exclusão Social em Angola: O caso dos deficientes físicos de Luanda*. Luanda: Kilombelombe.
- Chiavenato, I. (2004). *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. São Paulo: Saraiva.
- Comparato, F. K. (2004). *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva.
- Costa, A. B. (2002). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, A. B. (2007). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, A. B., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2012). *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Decreto nº 44 de 28 de Outubro de 1994. Lei que aprova a criação do FAS.
- Decreto nº 125 de 4 de Maio de 2020. Lei que aprova o KWENDA.
- Departamento Provincial do FAS Cuanza Norte. (2021). *Relatórios Técnicos de Cadastramento e Pagamento*. Ndalatando: Equipa Local.
- Dolabela, F. (2001). *O ensino de empreendedorismo: panorama brasileiro*. Brasília: CNIEL Nacional.

- Dornelas, J. C. (2008). *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Dornelas, J. C. (2010). *O empreendedorismo e a teoria económica institucional*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Duarte, I. (2014). Avaliação de algumas propriedades geotécnicas de solos residuais granitóides da região central de Angola. *Geobiotec*, 26, 30 e 185.
- Dye, T. (2019). *Entendimento de Políticas Públicas*. Alabama: Press.
- Eiseinbarth, A. S. (2019). *Políticas de proteção aos Vulneráveis e Inclusão Social*. Anápolis: Advnture Works Press.
- Feleciano, F. C. (2015). *Políticas Públicas de Combate à Pobreza em Angola: Análise do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), 2012-2013*. Lisboa: Elsevier.
- Feliciano, F. C. (2015). *Políticas Públicas de Combate à Pobreza em Angola: Análise do Programa Municipal Integrado e Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP)*. Lisboa: Porto Editora.
- Ferreira, L. A. (2019). *A inclusão da pessoa portadora de deficiência e o Ministério Público*. Setubal: Saraiva.
- Fonseca, J. J. (2002). *Metodologia da Pesquisa Científica*. Fortaleza: Apostila.
- Fontelles, M. J., Simões, M. G., Farias, S. H., & Garcia, R. (2009). *Metodologia da Pesquisa Científica: Directrizes para a elaboração de um protocolo de Pesquisa*. Belém: Umarizal.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Luanda: Gil.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.

- Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projecto de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Janczura, R. (2012). *Riscos ou Vulnerabilidade Social*. Porto Alegre: Porto Editora.
- Júnior, F. (2002). *O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios*. Setúbal: Ayres JRCM.
- Kauark, F. d., Manhães, F. C., & Madeiros, C. H. (2010). *Metodologia da Pesquisa: Um Guia Prático*. Bahia: Litterarum.
- Kaztman, R. (2001). *Vulnerabilidade social*. Santiago do Chile: Cepal.
- Kerstenetzky, C. L. (2009). Redistribuição e Desenvolvimento? A economia Política do Programa Bolsa Família. *Revista de Ciências Sociais*, 53 a 83.
- Landstrom, H., & Benner, M. (2010). *Historical foundations of entrepreneurship research*. Chicago: Edward Elgar.
- Laswell, H. (1958). *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleverland: Meridian Books.
- Lúcia, A. (2010). *Educação Empreendedora*. São Paulo: Elsevier .
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.
- Mello, C. A. (2013). *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. São Paulo: Malheiros Editores.
- Meny, I., & Thoening, J. C. (1992). *Las Políticas Públicas*. Barcelona: Ariel.
- Peixoto, B. A. (2022). *Principais características de um empreendedor de sucesso*. Porto: Atlas.
- Peters, B. G. (1998). *Modelos de Governação*. Maryland: Johns Hopkins.
- PFPS, P. d. (2021). *Estado de Implementação do Programa KWENDA*. Luanda: FAS.

- Piketty, T. (2020). *Economia das Desigualdades*. Paris: Éditions du Seuil.
- Pizarro, R. (2001). *Vulnerabilidade social e seus desafios*. Santiago do Chile: CEPAL.
- Prondanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho científico: Métodos e Técnicas da pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
- Rinco, M., Lopes, A., & Domingues, M. A. (2012). *Envelhecimento e Vulnerabilidade Social: discussão conceitual à luz das políticas públicas e suporte social*. São Paulo: Fachs-SP.
- Sakamoto, C. K., & Silveira, I. O. (2014). *Como Fazer Projectos de iniciação Científica*. São Paulo: PAULOS.
- Sandim, T. L. (2018). *Da vulnerabilidade social para a vulnerabilidade institucional: uma análise da política nacional de assistência e de suas práticas em Belo Horizonte e São Paulo*. São Paulo: Vargas.
- Santana, H. (2020). Políticas públicas e desenvolvimento local em Angola, sua influência na vida do cidadão. *Revista internacional de ciências tecnologia e sociedade*, 49-63.
- Santos, C. M. (2018). *Estatística descritiva - Manual de Auto - Aprendizagem*. Lisboa: Sílabo.
- Santos, C. R., & Magalhães, R. (2012). Pobreza e política social: a implementação de programas complementares do programa Bolsa Familiar. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 1115 a 1224.
- Secchi, L. (2014). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Sen, A. (1999). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia de Letras.

- Serapião, M. D. (2018). *O bolsa familiar no cotidiano: conexões desconexões em um território vulnerável*. Vargas: FundaçãoGetulio.
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração da Dissertação*. Florianópolis: UFSC.
- Solow, R. (2010). *Modelos de Crescimento Económico*. Nova York: Oxford University.
- Souza, F. V. (2013). *Assistência Social e Inclusão Productiva: Algumas indagações*. Rio de Janeiro: Pontifício.
- Spink, P. K., Burgos, F., & Alves, M. A. (2022). *Vulnerabilidade(s) e Ação Pública: concepções, casos e desafios*. São Paulo: Orgs.
- Stone, D. (2018). *Paradoxo das Políticas Públicas*. Nova York: W.W. Norton & Company.
- Veblen, T. (1914). *Afinal, que Inclusão produtiva?*. Chocago: Press.
- Vinhais, H., & Souza, A. P. (2006). *Pobreza Relativa ou Absoluta? A linha Híbrida de Pobreza no Brazil*. São Paulo: Elsevier.
- Yazbek, M. C. (2009). *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez.
- Young, K. (2002). *Survwy Sampling*. New York: Wiley.
- Zanella, L. C. (2012). *Metodologia de estudo e pesquisa em Administração*. São Paulo: UFSC.

APÊNDICE

ANEXOS